

convergência

JAN/FEV — 1980 — ANO XIII — Nº 129



- XII ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA CRB
Páginas 12-20
- A IGREJA COMO PROBLEMA
Pe. Félix Alexandre Pastor, SJ — página 21
- LIBERTAR PARA A COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO

CONVERGÊNCIA
Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil (CRB)

Diretor-Responsável:
Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima

Direção, Redação, Administração:
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º andar
20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1980:

Brasil, taxa única (via
terrestre ou aérea) Cr\$ 420,00
Exterior: marítima US\$ 17,00
Exterior: aérea US\$ 25,00
Número avulso Cr\$ 42,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Compositora Helvética
Ltda., rua Correia Vasques, 25 — 20211
Rio de Janeiro — RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora
Vozes Ltda., rua Frei Luís, 100 — 25600
Petrópolis — RJ.

Nossa Capa:

Creio que Você pode descobrir, sem grande esforço, algo como um pássaro voando e pousando. Ao tentar materializar esta figuração mental, num traço imutável e dinâmico, pensei nisto: (1.º) Uma andorinha não faz verão. 1980 é o ano da XII Assembléia Geral Ordinária Eletiva da CRB cujo tema central é "Libertar para a COMUNHÃO e PARTICIPAÇÃO". Vencer a tentação do alheamento. Esta coisa estranha: o homem sozinho, a solução individual. Dar-se as mãos. Encontrar-se é, de uma vez só, fator de estabilidade e força de transformação. (2.º) A Igreja Latino-Americana decidiu, mais uma vez, em Puebla, sua opção preferencial pelo pobre. A Campanha da Fraternidade da Igreja, no Brasil, ressalta, neste ano, a figura do Migrante. O pássaro é bem o símbolo do pobre e de quem não tem destino certo. Ora para frente, ora para o norte, ora para trás, ao sabor das correntes da sorte. (3.º)

Esta palavra de esperança: "Ninguém tem morada definitiva no tempo" (Hbr 13, 14; Miq 2, 10). Todos andam em busca de horizonte mais alto. Sentimos a dor do incompleto. COMUNHÃO, PARTICIPAÇÃO, POBRE, um FUTURO fora do tempo, pontos de linhas medulares de interpretação da fenomenologia de nossa Vida Religiosa. CONVERGÊNCIA quer confirmar, em Você, a sensação de que não estamos parados. E estamos no rumo certo.

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.



SUMÁRIO

EDITORIAL.....	1
INFORME DA CRB	3
XII A G O	12
XII AGO. SUBSÍDIOS PARA REFLEXÃO.....	18
A IGREJA COMO PROBLEMA Pe. Félix Alexandre Pastor, SJ	21
LIBERTAR PARA A COMUNHÃO E A PARTICIPAÇÃO Pe. Alberto Antoniazzi	33
O RELIGIOSO LEIGO NUMA ORDEM CLERICAL Pe. Francisco Taborda, SJ	46
PELAS REGIONAIS	52
COMUNICAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS	54

EDITORIAL

Convergência inaugura este ano de 80 focalizando um acontecimento de especial importância para os Religiosos e Religiosas de todo o País: a XII ASSEMBLÉIA GERAL DA CONFÉRENCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL, a realizar-se de 27 de julho a 2 de agosto do presente ano.

O tema central da Assembléia é a consigna de Puebla para a Igreja latino-americana: **Libertar para a Comunhão e Participação.** Sob este signo, a Vida Religiosa no Brasil — representada pelos Superiores Maiores das numerosas Congregações ou Províncias radicadas ou nascidas entre nós, — quer refletir, rever suas estruturas, sua caminhada e suas opções e buscar pistas e caminhos adequados para que sua presença e sua ação no atual contexto sócio-ecclesial do país se tornem cada dia mais evangélicas e mais lúcidas.

A própria Assembléia será um momento privilegiado de viver a Comunhão e a Participação, para todos aqueles que a integrarão. E constituirá também para todos nós, Religiosos e Religiosas, que somos a Conferência Nacional, um acontecimento de comunhão e participação, que

estreitará os laços fraternos que nos unem no serviço à missão única do Povo de Deus.

Neste número, os leitores encontrarão o texto da carta-consulta dirigida aos Superiores Maiores e às Regionais da CRB, em setembro de 79, sobre a temática e dinâmica da Assembléia, que foi apreciada e confirmada por todos aqueles que responderam à consulta.

O **Pe. Alberto Antoniazzi**, no seu artigo: "Em busca de uma visão global de Puebla: LIBERTAR PARA A COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO", aborda com clareza e precisão o tema que constituirá o eixo focal da XII AGO. Seu estudo quer ajudar os Religiosos e Religiosas a conhecer a história desta consigna de Puebla, a perceber-lhe as exigências e, sobretudo, a tomar consciência da necessidade que se coloca para a Vida Consagrada de uma constante conversão, se quiser encarnar o ideal da comunhão e participação no concreto das suas opções, o que vale dizer: se quiser evangelizar, se quiser anunciar o Reino de Deus aos homens de hoje.

A questão de sentir com a Igreja em uma época de contes-

tação e pluralismo, é o conteúdo do interessante artigo "A Igreja como problema", do **Pe. Félix Alexandre Pastor, SJ**. Sua reflexão constitui uma importante contribuição para a compreensão adequada e a vivência esclarecida do sentido eclesial nos nossos tempos, caracterizados por uma crise cultural e religiosa, profunda e complexa.

O artigo do **Pe. Francisco Tabora, SJ**, focaliza a pessoa do "religioso leigo numa ordem clerical", a partir da reflexão teológica sobre a "vocação do irmão jesuíta". Ainda que seu estudo aborde concretamente a voca-

ção do irmão jesuíta, oferece elementos válidos para a compreensão do verdadeiro sentido e da atualidade da vocação de irmão leigo na Igreja.

No desejo de que **todos** os Religiosos e Religiosas do Brasil vivam a XII AGO, **Convergência** lhes oferece, a partir deste número, "subsídios de reflexão" e "comunicação de experiências", dentro dos temas da Assembléia. Os subsídios incluem um roteiro para refletir pessoal e comunitariamente, e uma bibliografia referente ao tema focalizado no mês.

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

MUITO OBRIGADO

Cada ano, no momento de pedir a renovação da assinatura de **CONVERGÊNCIA**, a **Conferência dos Religiosos do Brasil** sente o ar feliz do começo da vida, isto é, o apoio de todos, o apoio maciço dos Religiosos e Religiosas, seus assinantes. Agradecemos de coração este gesto de confiança e de reconhecimento. **Convergência** não é apenas a rotina mensal de alinhar textos e cobrir páginas de sinais gráficos. Apesar das possíveis e inevitáveis deficiências de todas as mediações humanas, **CONVERGÊNCIA** quer continuar uma carta de intenções que sintetiza, num esforço inadiável de **COMUNHÃO**, o realismo experiente das Províncias, das Congregações e da própria **CRB**; uma carta de princípios que aspiram à permanência como bandeira a desfaldar ao longo do tempo. O bem só é alcançável em clima de comunhão. Os programas, as metas, as diretrizes que encerrem um pensamento de compromisso na realização de uma **Vida Religiosa** mais autêntica terão sempre eco e reflexo nas páginas de **CONVERGÊNCIA**, como vozes de prudência e de sabedoria cristãs. Conto com Você, Religioso e Religiosa, para que nossa revista, em 1980, se confirme portadora de uma mensagem tanto mais luminosa quanto maiores forem as dificuldades do tempo presente. Muito obrigado.

Pe. Marcos de Lima, SDB
Redator-Responsável

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

II ENCONTRO DE PROVINCIAIS — ÁREA DA SAÚDE

Rio, 21 a 23 de setembro de 1979

Dando prosseguimento à programação/79, a CRB, através do GTS, promoveu o II Encontro de Provinciais da Área da Saúde. Foi realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, dos dias 21 a 23 de setembro. Compareceram 51 pessoas, provenientes de nove Estados, sendo 15 de Minas Gerais, 12 de São Paulo, 10 do Rio de Janeiro, 4 do Paraná, 4 do Rio Grande do Sul, 3 de Santa Catarina, 1 de Mato Grosso do Sul, representando 37 Congregações.

21/09 — O Encontro teve início às 20hs com a palavra de Irmã Helena Ferreira que em nome da CRB saudou as participantes abrindo a Sessão. A programação foi montada tendo em vista os seguintes objetivos: a) **Gerais** — Tomar consciência dos problemas de saúde e suas exigências. Buscar a resposta que devemos dar como religiosos. b) **Específicos:** 1) Levar os provinciais a reconhecerem a necessidade de ajudar os religiosos a descobrirem o valor cristão de seu trabalho. 2) Despertar os religiosos para descoberta do serviço como fonte de santificação e evangelização. 3) Ajudar os religiosos a se encarnarem na realidade com suas exigências legais e assumi-las.

As participantes manifestaram seus questionamentos e anseios sobre:

1. Como animar e manter entusiasmo das Irmãs e despertá-las para saúde comunitária.
2. Como situar no pós-Puebla a administração de obras próprias, a evangelização e reciclagem profissional de seus funcionários.
3. Como mudar a realidade do atendimento e promoção da saúde no país, e chegar aos que não vão até nós nos Hospitais e Serviços Centralizados.
4. Como ajudar os deficientes físicos. Criação das Fraternidades entre os próprios doentes.
5. Como sentem as Irmãs dentro dos Hospitais próprios ou de terceiros. Moradia fora da obra.
6. Como sair do impacto medicina curativa versus saúde comunitária e mentalizar as Irmãs a olhar além do que o Hospital faz ou normalmente oferece. Equipes volantes, enfermagem no lar.
7. Como dar às Irmãs visão sobre saúde comunitária e ajudá-las a saírem da alienação em que vivem morando dentro da obra em que trabalham.

8. Como motivar os Vigários e Bispos a pensarem mais na Pastoral de Saúde.

22/09 — Iniciou-se o dia com uma oração dirigida por Ir. Thereza Nunes, FC, Diretora do CETESP, sobre o texto da Cura do paralítico da piscina de Bet-saida. Reflexão sobre o **estar de pé e a lei do sábado**; a importância de perceber o movimento d'água e captar os anseios do outro iniciando-se pela própria comunidade.

1º Tema: A mística dos religiosos da área da saúde foi desenvolvido pelo Pe. Olindo Antônio Mugnol, M. I. O palestrante procurou destacar os pontos essenciais da vida religiosa. Mostrou a Experiência de Deus como um dos valores que hoje se destaca e que este valor é alcançado por aqueles que se colocam em contemplação e buscam maturidade espiritual crescente e dinâmica. Criar comunidade fraterna calorosa, humana, onde haja clima para uma partilha espiritual e de vida, de suas ações como profissionais, onde o relacionamento pessoal tenha capacidade de perdão. Comunidade que seja fonte de água viva e não piscina de água estagnada. Valorizar mais o sacramento da confissão e buscar orientação espiritual como meios de ascese, de conversão e santificação. Perceber o mundo pascoal na recuperação dos doentes.

As Irmãs dos Hospitais são realistas e metódicas, gostam das coisas bem claras e precisas, estão cientes dos efeitos imediatos pró ou contra a vida. Está havendo boa abertura por parte das Religiosas da Área da Saúde. Portanto, é conveniente que na formação inicial e permanente se dêem a elas fundamentos para uma espiritualidade específica, condizente com o que vivem.

Síntese dos trabalhos em grupo

Nos trabalhos em grupo as participan-

tes constataram os grandes valores que caracterizam as religiosas que trabalham no campo da saúde, como sua generosidade no trabalho e disponibilidade contínua a serviço dos irmãos que sofrem. Todas elas desejam ser gente, sentir-se mais religiosas que meras profissionais. A sobrecarga de trabalho, contudo, faz com que não dêem grande importância aos encontros fraternos, à participação em cursos ou jornadas de atualização e dão pouca importância ao descanso e ao lazer. Por isso as tarefas técnicas acabam prevalecendo sobre a missão.

As provinciais, por sua parte, reconhecem a necessidade de criar condições de vida mais humanas para as religiosas do campo da saúde e favorecer sua formação espiritual e pastoral. A vida comunitária merece atenção especial e necessita de animação constante. A oração individual e comunitária, bem como a revisão constante de atitudes face às necessidades espirituais e sociais dos doentes e das instituições de saúde, revestem-se de importância fundamental, sobretudo em vista da missão profética do religioso no mundo da saúde. As provinciais mostraram-se abertas para intensificar seu apoio espiritual, humano e profissional às suas co-irmãs da área da saúde.

2º Tema: A doutrina e o testemunho de Cristo no serviço aos enfermos e sua aplicação aos religiosos.

Conferencista, Pe. Gabriel Selong, SVD. Com fatos sociais e bíblicos mostrou como Cristo compartilhou da sorte e dos sofrimentos dos pobres e doentes. Ao nascer não encontrou hospedagem e foi saudado pelos pastores desprezíveis. Foi expulso de Nazaré, viveu anos no exílio. Foi caluniado, desprezado, perseguido, condenado e crucificado, apesar de justo e inocente.

Atualmente a doença não é vista como processo isolado mas como fenômeno

social global. Em nosso contexto social o sofrimento provém em grande parte da falta de condições humanas de vida. Somos responsáveis pela história que ajudamos a construir. O profeta Jeremias no tempo em que viveu, denunciou o rei Joaquim porque tinha belo palácio e não pagava o justo aos seus cidadãos. A história se repete, pois em cada paraíso há uma serpente. De que lado estamos, optamos pelos pobres?

3º Tema: Puebla e Saúde, assunto apresentado pelo Pe. Júlio Serafim Munaro, MI.

Toca a nós como cristãos e religiosos transpor para nosso campo de trabalho, os princípios de ação traçados pelos Bispos em Puebla. O documento não tratou especificamente da saúde, mas fez análise de situações que interferem no que diz respeito à vida e à saúde. Traçou princípios de ação aplicáveis no campo da saúde, (nº 15) analisa uma situação histórica onde o escravo e o índio foram marcados pelo menosprezo, (46) nossa conduta social é parte integrante de nosso seguimento a Cristo, (29) mortalidade infantil, fome, salário baixo, desagregado, (39) anciãos sem assistência, (41) direito à moradia e alimentação, (318) condena todo atentado à vida, (577) anticoncepcionais, esterelização, abortos como agressão à vida, (1271) direito à integridade física e psíquica, à liberdade religiosa (1261) aborto, desnutrição, alcoolismo, toxicomania, (475) a dignidade da pessoa humana e seus direitos.

O mundo da saúde tem grandes valores e grandes deficiências, nosso trabalho principal não é apenas terapêutico ou profilático, mas o de transformar os corações pela conduta evangélica.

4º Tema: Associação de Classe. Conf. Ana Schirley Valverde Meirelles, enfermeira e presidente do Conselho Regional de Enfermagem, RJ e ES. Prestou-

nos informações e esclarecimentos sobre o que é ABEM, COFEN, COREN, quais as atribuições de cada um e nossos deveres como profissionais.

23/09 — Iniciou-se o dia com a celebração eucarística.

5º Tema: Tendência atual à Profissionalização e suas conseqüências na Vida Religiosa. Conf. Irmã Laura Fraga de Almeida Sampaio, ACNS.

Mostrou como podemos conciliar o aspecto profissional com a vivência e aprofundamento da missão. Aspectos marcantes da VR antes do Vaticano II e no pós-Puebla. Como Criar comunidade fraterna sem dicotomia entre tarefa e missão. Os riscos e os benefícios da profissionalização das religiosas. Leia Convergência maio/78, trata deste assunto.

Conclusões e sugestões

1. Que a CRB através de seus Regionais promova encontros inter-congregacionais para reciclagem no aspecto espiritual e profissional. No mínimo de 2 turmas por ano.

2. Que se promova ajuda Inter-congregacional.

3. Que nos Encontros promovidos pelo GTS/CRB esteja presente um membro do GTS das Regionais.

4. Que nestes Encontros, a Provincial possa trazer consigo a responsável pelo setor saúde de sua província.

5. Que os Provinciais sejam conscientizados quanto a atuação dos Sindicatos e Associações de Classe.

6. Que as Provinciais estudem com a base e tragam para o próximo encontro novas pistas sobre administração das obras próprias, confronto entre assistência curativa e saúde comunitária.

7. Que as Escolas de Enfermagem tracem metas firmes quanto ao atendimento espiritual e ecumênico dos doentes.

8. Que na programação da AGO, se possível seja incluído pontos específicos para os religiosos da área da saúde.

9. Que haja mentalização e re-educação para o novo conceito de saúde, e nova visão de ascese, comunidade e espiritualidade.

10. Que a CRB faça uma solicitação aos Bispos quanto à inclusão da Pastoral de Saúde no planejamento das Dióceses.

11. Que a CRB conserve o GTS e continue dando apoio as suas atividades.

12. Que o tema sobre sindicato de classe venha se levantar novamente, por ser de grande necessidade.

13. Que sempre mais a CRB seja animadora da vida religiosa dos religiosos da área da saúde.

14. Que os Regionais sejam informados destes Encontros e possam acompanhar.

15. Que se estude a possibilidade do III Encontro de Provinciais possa ser durante ou após a Assembléia.

Pe. Décio Batista Teixeira na qualidade de Presidente da CRB/Nacional esteve presente e procedeu o encerramento do Encontro, marcando mais um passo em nossa caminhada de união e revitalização da VR. Como membros do GTS estiveram presentes e atuantes na coordenação e execução do Encontro, Pe. Júlio Serafim Munaro, MI, Ir. Olímpia M. Nogueira, Ir. M. Filomena Alvim, CSC e Irmã Ana Agostinha Virgem de Souza.

I ENCONTRO DE DIRETORAS E PROFESSORAS DE ESCOLAS DE ENFERMAGEM

Mendes, 5 a 7 outubro 1979

Realizou-se nos dias 5 e 7 de outubro em Mendes, RJ, Casa dos Maristas, o I Encontro de Diretoras e Professoras de Escolas de Enfermagem. Promovido pela Conferência dos Religiosos do Brasil sob a coordenação do Grupo de Trabalho da Saúde.

Objetivos: a) Levar os religiosos que atuam na formação de profissionais de saúde a redescobrirem sua identidade e missão. b) Situar as Escolas no contexto das necessidades da saúde hoje e do clamor do povo na linha de Puebla.

Objetivos Específicos: a) Incrementar o tipo de formação dada atualmente aos profissionais de saúde. b) Questionar o tipo de formação dada atualmente aos profissionais de saúde.

Participaram 26 pessoas provenientes de 8 Estados sendo: 11 do Rio de Janeiro, 6 de Minas Gerais, 4 de São Paulo, 1 do Rio Grande do Sul, 1 de Santa Catarina, 1 do Paraná, 1 de Goiás, 1 da Paraíba, representando 10 Congregações: Providência de Gap, Filhas da Caridade, Apóstolas do Coração de Jesus, Franciscanas de Dilligen, Irmãs de Santa Catarina, V.M., Sagrada Família, Filhas de São Camilo, Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, Servas de Maria Reparadoras, Ministros dos Enfermos.

Dia 5/10: a) À tarde recepção e entrosamento com os participantes.

b) 20hs — **Abertura** do Encontro com um Canto ao Espírito Santo. Irmã Dja-

nira saudou os participantes em nome da Diretoria da CRB. Padre Júlio Munaro, coordenou a dinâmica de apresentação dos membros do GTS/CRB e dos participantes. Ir. M. Olímpia M. Nogueira, prestou informações sobre atividades do GTS, linha de ação da CRB, objetivos do encontro. Ir. Filomena Alvim fez colocações sobre o programa, horário, avisos práticos, orientação sobre liturgia. Irmão Raimundo coordenador da casa deu boas-vindas ao grupo em nome dos Maristas e colocou-se à disposição para qualquer ajuda.

c) **Anseios e expectativas** das participantes com relação ao Encontro. Que sejam dias de intercâmbio e fraternidade. Que haja troca de experiências e enriquecimento mútuo. Traçar objetivos claros para serem realizados dentro de um prazo fixo. Intercâmbio entre Escolas Católicas com um plano para futuro. Sair acreditando mais naquilo que se faz. Posição da Escola Católica neste contexto sócio-cultural. Qual a posição do religioso nas Escolas de Enfermagem. Como está sendo preparado o aluno para evangelizar dentro e fora dos hospitais.

Dia 6/10: Visão global sobre problemática educacional. Iniciou-se o dia com oração e reflexão partilhada.

1º Tema: Visão política e tendência do ensino no Brasil. Conferencista — Luís Antônio Cunha, Prof. IBRADES, Rio.

Mostrou como o aparelho de ensino no Brasil foi montado por D. João VI de cima para baixo. O ensino normal teve início com a criação de Faculdades, ensino Superior Militar, porque o país estava em pé de guerra devido às invasões. Depois da Segunda Guerra Mundial desencadeou no Brasil o processo da economia capitalista, com crescimento rápido da indústria, comércio, monopólio. Abertura de rodovias para escoamento dos produtos. Meios de comunicação

mudando o gosto e a preferência do consumidor; fazendo com que ele compre o que não precisa e gaste até o que não tem. A economia política e ensino ficaram ligados entre si. O diploma passou a ser instrumento hábil para promoção, para discriminação social. Falou também sobre a reforma universitária, reforma do 2º grau e a política de fundo.

2º Tema — Missão das Escolas Católicas à luz de Puebla. Expositor Pe. João Mac Dowell, SJ, Reitor da PUC, Rio/RJ.

I. O documento de Puebla aponta a educação como formadora de agentes de libertação. Evangelizar é ajudar o homem a ser pensante e livre. O pensamento e a liberdade levam o homem a ser ele mesmo, a questionar-se, a situar-se, a assumir o seu destino. A autêntica adesão da boa nova se dá na medida em que o homem se humaniza, se abre para a transcendência para a verdade e o Bem. A educação comporta o anúncio explícito de Jesus Cristo libertador e leva a uma conversão. Toda educação é evangelizadora enquanto contribui para a realização do destino pleno do homem.

Característica da educação evangelizadora: 1 — Humanizar e personalizar. 2 — Fazer o anúncio explícito de Cristo libertador. 3 — A partir da situação concreta de pecado social e pessoal. 4 — Ser agente de mudanças das estruturas de pecado.

II. Projeto de educação nas Escolas Católicas.

1 — Levar os estudantes a uma sólida qualificação profissional com autêntica responsabilidade. 2 — Condições e capacidade de pensamento crítico e obstáculos — Meios de comunicação de massa e Ideologias. 3 — Despertar o aluno para uma responsabilidade social, obstáculo — educação como meio de promoção social. 4 — Conjunto de ati-

tudes éticas. Os fins não justificam os meios. Obstáculos: padrões da sociedade de consumo; falta de auto-domínio e de sobriedade. 5 — Educação da fé nas dimensões do conhecimento e vivência da fé. Obstáculo: pluralismo, resistência ambiental — dúvida na própria Igreja.

6 — **Instrumentos** para educação da fé. a) Anúncio explícito e expressão de fé, testemunho. b) Pastoral com atividades extra-curricular. c) Administração da Escola, feita com critérios ético-cristãos. d) Respeito à pessoa humana e atitude de serviço.

7 — Condições para que a missão da Escola Católica possa existir. a) Haja comunidade imbuída de valores cristãos. b) Haja garantia institucional para manter a identidade cristã.

Trabalhos em grupos: 1 — Interiorização dos 2 temas anteriores. 2 — Aplicação na área da saúde.

Ponderações feitas pelos grupos: Educação é totalmente dominada pela economia, esta impulsiona a política que depende também do conceito e interferência social. As Escolas de Enfermagem são pressionadas pelo sistema econômico, pelo sistema político legislativo do MEC, das Congregações e da Igreja. Está faltando atitude sólida cristã e crítica por parte dos alunos. Professorado com pouca formação. Vestibulares unificados e com várias opções, dificulta seleção adequada. Formação ética precisa ser mais ampla. A educação religiosa ainda está fechada, utilitária, dificuldades essas devido a cultura dos religiosos, campo de estágio com aspectos incoerentes.

Questionamentos

1 — Nossos formandos são elementos atuantes de liderança cristã?

2 — Por que os professores e ex-alunos não têm condições de evangelizar?

3 — Por que alunos advindos de escolas católicas (1º e 2º graus) não conhecem elementos básicos de religião?

4 — Cultura religiosa das Irmãs é verniz de reunião ou tem conteúdo?

Sugestões

a) Reformulação administrativa das Escolas de Enfermagem. b) Que as Congregações tracem objetivos a curto, médio e longo prazo, prevendo continuidade e boa qualificação. c) Formar consciência crítica. d) Criar um organismo de ajuda às religiosas quanto a visão de leis e suas implicações. e) Mudar o plano curricular. Dispor de tempo para dar formação religiosa aos professores e aos alunos. f) Aumentar a literatura religiosa e atualizar os métodos de evangelização. g) Integrar os alunos em equipes de liderança cristã.

Tendências atuais positivas

Sentido de equipe e humanização. Engajamento na Pastoral de Saúde na comunidade com tarefas específicas; aluno ajudando em palestras, cursos de esclarecimentos, reflexões. Evangelização explícita para fé: ciência e fé (1º período) ética cristã (3º período) Cristianismo (2º período) Pastoral de Saúde (4º período). Visita aos doentes em domicílio.

7/10 — 3º Tema: Tendências existentes no campo da Saúde. Expositor: Pe. Júlio Serafim Munaro, MI.

Mostrou-nos como é fundamental para se fazer um planejamento, o saber captar as tendências, o rumo que a saúde está seguindo. Durante quatro séculos o atendimento de saúde no Brasil esteve a cargo das Santas Casas, tinham como ação básica a caridade. Praticavam a caridade e dela sobreviviam. Os doentes eram atendidos gratuitamente e as Santas Casas não visavam o enriquecimento

de ninguém. Com o advento das migrações européias surgiram os Hospitais das colônias. Era um fato novo e não tinha finalidade lucrativa. Com a evolução da ciência e da técnica no campo da saúde, aparece a mercantilização.

O fenômeno Previdência Social iniciado na Europa em fins do século passado, acha-se ligado à industrialização, ao operariado e à urbanização. Os custos de tratamento da saúde aumentam, a Previdência cotiza as pessoas para formar um fundo para aposentadoria e assistência à saúde. Brevemente a inscrição na Previdência será compulsória para todo brasileiro. A evolução científica e técnica desencadeia amplo processo de formação profissional no campo da saúde.

As Escolas de Saúde se ramificam e tendem a formar a Universidade da Saúde. O interesse econômico e de autopromoção invade esta área. Já não se busca o bem estar da saúde, mas o interesse próprio. Esta tendência desvirtua em grande parte todo o sistema de atendimento de saúde. A Previdência em si não tem fins lucrativos, porém a sociedade levada pelo vício do comércio, fere com furtos os cofres da Previdência (exames, operações, receitas desnecessárias), sonegação das cotas devidas à Previdência, figurando o governo como o maior retardatário neste ponto, devido as dívidas externas.

A OMS (Organização Mundial de Saúde) tem como meta até o ano 2000 — **saúde para todos**. Gasta-se cada vez mais e atende-se cada vez menos. A maior parte das moléstias estão ligadas às condições de vida e não aos recursos terapêuticos. A OMS disse que o sistema de saúde vigente é alienado, vive da doença e não busca evitá-la.

Pistas novas e urgentes

1. Criar novo conceito do valor da vida e saúde. **2.** Engajar todas as forças da

sociedade para promover a vida e a saúde. **3.** Cada indivíduo deve fazer pela sua saúde tudo quanto pode para conservá-la e saber restaurá-la quando adoecer. **4.** Retomar os métodos simples. **5.** Escolas de Saúde como agentes de mudança.

4º Tema — Puebla e Saúde, este tema foi exposto pelo Pe. Júlio S. Munaro, M.I., que com entusiasmo salientou a contribuição, o valor do serviço que a Igreja através dos religiosos vem prestando à população no campo da saúde. Disse que os Bispos de Puebla tinham por meta a Evangelização na América Latina por isto não tratou especificamente da saúde, porém, as análises feitas, orientações de trabalho pastoral propostas por Puebla atingem profundamente o campo da saúde em seu sentido amplo. Compete a nós que atuamos no campo da saúde perceber os valores que Puebla destacou e saber aplicá-los.

Trabalhos em grupos

1. Que implicações traz para as Escolas de Enfermagem a mudança de enfoque da doença para a saúde? **2.** Como conscientizar os alunos sobre a precedência das necessidades sociais sobre as ambições pessoais? **3.** Como estão a justiça e evangelização na área saúde?

Respostas

1. Mudança no currículo fazendo integração entre Escola e comunidade.

2. Dar novo enfoque às disciplinas integrando o aspecto preventivo, dando ao aluno experiência de estágio fora dos Hospitais.

3. Mentalizar a comunidade escolar, os Hospitais, as Instituições de saúde e CEBs (comunidades eclesiais de base) sobre a necessidade de inverter o enfoque doença para saúde e vida.

4. Estabelecer nova dinâmica a partir do povo, motivando, ouvindo, sendo sensível às suas necessidades e não impondo a eles com tudo pronto.

5. Orientar o aluno através das disciplinas cultura religiosa, sociologia, ética, antropologia e outras.

6. Que os ex-alunos sejam ajudados a se integrar no campo de trabalho, sobretudo quando optem para trabalhar no interior.

7. Que a direção das Escolas dê novo enfoque à filosofia e focalize o pensamento da Igreja.

8. Levar em conta o emprego e salário do aluno.

Sugestões apresentadas

Que se comunique às Provinciais os resultados do Encontro e se peça que os divulguem na sua Congregação.

Que a CRB continue promovendo Encontros de Provinciais que têm religiosas que atuam na Área da Saúde e que nestes Encontros sejam apresentados novos

enfoques de saúde, mais voltados para a comunidade e com participação do povo.

Que os Encontros sejam realizados em locais de fácil acesso para todas.

Que a CRB, através do GTS, continue a promover encontros e seminários, tanto a nível nacional quanto regional; que informe sobre assuntos ou publicações de interesse das Escolas de Enfermagem.

Que a CRB motive as Escolas a participarem desses Encontros, e que, na medida do possível as Diretoras não se façam representar, mas participem pessoalmente.

Que se realize um Encontro Nacional de Religiosos que atuam na área da saúde com a finalidade de animar, dinamizar e promover a Vida Religiosa no Campo da Saúde.

Que haja maior intercâmbio de experiências entre as Escolas, sobretudo no tocante à educação do povo para a saúde.

PADRE JAIME SULLIVAN SE DESPEDE DO "CETESP"

Homília pronunciada na Eucaristia de encerramento do CETESP VIII.

Refletindo sobre a primeira leitura desta nossa Missa de Encerramento onde acabamos de ouvir que "para tudo há um tempo", posso acrescentar que há tempo para vir, tempo para ficar e tempo para partir. Chegou este tempo para partir. A minha Congregação me chama para outro serviço depois destes quatro anos e meio com a CRB. Durante oito CETESPs, o primeiro como assistente espiritual, o segundo como Vice-Diretor e os últimos seis como Diretor — durante estes oito CETESPs, eu ouvi, vi

e senti muita coisa. Enquanto mais de quatrocentos religiosos e religiosas de todos os Estados do Brasil passaram pelo CETESP eu ouvi o Senhor fazendo, de novo e de novo, as suas perguntas:

"Que procurais? Que quereis que eu vos faça? Por que este medo, gente de pouca fé? Se o sal perde o sabor, com que lhe será restituído o sabor? Por que pensais mal em vossos corações? Credes que eu posso fazer isso? Qual de vós, por mais que se esforce, pode acrescentar um só côvado à duração de sua vida? Quem é minha mãe? E quem são meus irmãos?" E a pergunta mais im-

portante: "E vós quem dizeis que eu sou?"

Também eu ouvi Jesus falar aos corações, suas palavras concisas e claras: "Vinde e vêde. Vós sois o sal da terra, vós sois a luz do mundo. Tende fé. Perdoai. Orai sempre. Tomai meu jugo sobre vós. Aprendei de mim. Amai-vos uns aos outros."

Durante estes CETESPs eu vi Jesus mudando a água em vinho, multiplicando pães, abrindo olhos e ouvidos, libertando cativos, tirando medos, curando, ensinando. Senti que eu não estava no Jardim Botânico, Tijuca ou Santa Teresa, mas, sim, ora em Belém, Caná, Nazaré, Cafarnaum, Bethsaida, Betânia. Ora ao lado do Poço de Jacó, no pórtico do Templo, na entrada de Naim. Senti-me às vezes no mar quando Ele acalmou a tempestade, em Getsêmani, às vezes, no Tabor, no Cenáculo, às vezes, no Calvário mas sempre sentindo a ressurreição. Senti que Jesus gritou para uns: "Desça desta árvore porque comerei na sua casa hoje." Pedir a outros: "Dá-me de beber"; a uns: "Levanta-te e anda"; a outros: "Podes beber do cálice que tenho de beber?"

Ouvi alguns pedirem ao Senhor força para saírem do barco para poderem andar nas águas e o Senhor respondeu: "Podes vir." Vi Pedro chorar, João deitar sua cabeça no peito do Senhor, Tomé colocar o dedo nas feridas e dizer: "Meu Deus e Meu Senhor." Sim, vi, ouvi e senti tudo aquilo que Jesus Ressuscitado fez e continua a fazer, porque Cristo é o mesmo agora e para sempre. Ele saudou, chamou pelo nome, acalmou, aproximou, tirou medo, eliminou dúvidas, enviou a avisar aos irmãos, prometeu continuar presente, caminhou junto, repreendeu a dureza de coração e falta de fé esclareceu pelas Escrituras, deu poder, prometeu o Espírito, aceitou convites, se identificou na partilha, abençoou os que creram sem tê-lo visto, mandou ser testemunhas, enviou ao mundo, etc.

Tudo isso verdadeiramente aconteceu durante oito CETESPs. Agora eu escuto ao Senhor falar: "Jaime, se quero que eles fiquem aqui que tens tu com isso?" "Trata de tua vida e segue-me." "Há um tempo de ficar e um tempo de partir".

Porque não importa se Constâncio plantou, Jaime regou e Ivo e Thereza e outros em seguida continuarão regando e andando. Quem são Constâncio, Jaime, Ivo e Thereza? Ministros por meio dos quais os CETESPISTAS recebem oportunidade, estruturas, ambiente, experiências, cada um no cargo para o qual o Senhor o designou. Somos meros instrumentos. E a valorização de qualquer ministro, é só o uso que o Senhor faz dele. "Pois Deus é quem faz crescer."

E por isso tenho muito e muito a agradecer hoje: Pe. Marcello e Frei Constâncio por terem me convidado a trabalhar no CETESP. Pe. Décio e o Executivo da CRB. Os Professores e todos os colaboradores do CETESP. Irmão Nilso e Pe. Ivo e especialmente Irmã Thereza Nunes; minha Congregação por ter-me liberado durante estes anos. Tenho de agradecer o muito que aprendi de todos os CETESPISTAS do CETESP I até vocês que terminam hoje o CETESP VIII. Portanto, para vocês todos eu faço minha a oração de São Paulo para os Efésios: "Por isso, também eu, tendo (testemunhado) vossa fé no Senhor Jesus e vossa caridade para com todos os santos, não cesso de dar graças a Deus por vós, ao lembrar-me de vós nas minhas orações. Que o Deus de nosso Senhor Jesus Cristo, Pai da glória, vos conceda espírito de sabedoria reveladora, para a conhecerdes plenamente. Que ilumine os olhos da vossa inteligência, a fim de que possais saber qual é a esperança a que sois chamados, quais as riquezas da sua herança gloriosa, que prepara entre os santos, e que super-eminentemente grandeza é a do seu poder em relação a nós, os crentes (Ef 1,15-17).

DÊCIMA SEGUNDA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA CRB

(1)

XII ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA ELETIVA
DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL
27 de julho a 02 de agosto de 1980

Aos Superiores Maiores e Presidentes Regionais da CRB

1. **OBJETIVO DA PRESENTE CIRCULAR** — Consulta da Diretoria Nacional da CRB aos Superiores Maiores e aos Presidentes Regionais, membros natos da Assembléia Geral, sobre o tema central da mesma.
2. **TEMA CENTRAL SUGERIDO** — “PUEBLA: LIBERTAR PARA A COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO”.
3. **ORIGEM DA SUGESTÃO DESTE TEMA CENTRAL** — Coincidência no essencial, e até mesmo na formulação, de várias sugestões de diversa procedência, e que foram sucessivamente analisadas:
 - 3.1. Na Equipe de Reflexão Teológica da CRB/Nacional, em reuniões de 04/05/79 e 01/06/79.
 - 3.2. Nas reuniões ordinárias da Diretoria Nacional da CRB, a 05/06/79, 11/07/79 e 12/09/79.
4. **MOTIVAÇÃO PARA O TEMA ENTRAL SUGERIDO**
 - 4.1. A consigna “Comunhão e Participação” toma a **perspectiva central de Puebla** para a evangelização em nosso continente, portanto, também para a Vida Religiosa como agente de Evangelização.
 - 4.2. A mesma consigna, entretanto, pode prestar-se a interpretações ambíguas. Daí a necessidade de dar-lhe o **enfoque exato a fim de evitar espiritualismo e idealismo**. É aqui que se encaixa a **temática da libertação**: libertar para a comunhão e participação porque o que vivemos ainda não é isto.

4.3. Somente situada nesta perspectiva libertadora a consigna é útil e dinamizadora; caso contrário há o **risco de um esvaziamento retórico**, deixando a realidade assim como se encontra.

5. POSSÍVEL DESENVOLVIMENTO DO TEMA CENTRAL SUGERIDO:

5.1. **Situar o tema dentro da caminhada da Igreja e da Vida Religiosa na América Latina, do Vaticano II a Puebla, passando por Medellín.**

Mostrar:

5.1.1. **Como o Vaticano II** inicia já esse grande movimento de comunhão/participação.

5.1.2. **Como Medellín** vem dar uma conotação de libertação, de opção preferencial pelo mundo dos pobres, dos marginalizados.

5.1.3. **Como**, enfeixando esse processo dialético, **vem Puebla** significar reafirmação explicitante de toda esta caminhada.

5.2. **Analisar os três níveis de realização da comunhão e participação:**

5.2.1. **Nível do utópico** — pertence à essência do anúncio cristão: Reino de Deus implica completa comunhão e participação. Será sempre matéria de anúncio e esperança.

5.2.2. **Nível ético-crítico** — comunhão e participação não existem historicamente numa densidade suficiente, há rupturas profundas da fraternidade, mecanismos de opressão, pecado social, etc. Comunhão e participação são valores a partir dos quais criticamos a realidade social, eclesial e de Vida Religiosa e pleiteamos mudanças que tornem verdade a comunhão e participação.

5.2.3. **Nível das mediações** — que mudanças se fazem necessárias, quais são os instrumentos para gerar comunhão e participação. Tal exigência demanda análise da realidade histórica. É neste nível que se situam a prática pastoral da Igreja, e as práticas da Vida Religiosa.

6. **POSSÍVEIS SUBTEMAS** — Suposto o enfoque dado à consigna “Comunhão e participação” parecem impor-se **três subtemas básicos** que envolvem a Vida Religiosa:

- 6.1. **Opção preferencial pelos empobrecidos.**
- 6.2. **A problemática da educação dentro da ótica da opção preferencial pelos empobrecidos e da opção preferencial pelos jovens.**
- 6.3. **A Vida Religiosa inserida nos meios populares.**

7. POSSÍVEL DESENVOLVIMENTO DOS SUBTEMAS

7.1. Opção preferencial pelos empobrecidos.

7.1.1. **Tentar um esforço de elucidação da temática da pobreza como sinônimo de injustiça**, procurando fazer ver que optar preferencialmente pelos empobrecidos significa:

- Optar por aqueles setores da sociedade que mais sofrem com a falta de comunhão e participação.
- Optar pelos pobres contra a pobreza que padecem.
- Optar pelos injustiçados e pela justiça.

7.1.2. **Explicitar o que esta opção, assim entendida, implica em termos sociais, eclesiais e de Vida Religiosa.**

7.2. A problemática da educação, dentro da ótica da opção preferencial pelos empobrecidos e da opção preferencial pelos jovens.

7.2.1. **Situar** a problemática da educação na ótica do tema central e da opção pelos jovens.

7.2.2. **Elucidar** o significado e as exigências da expressão: “educar agentes de transformação”: quem são estes “agentes”? Que mudança se pretende?

7.2.3. **Focalizar a escola** como instrumento de educação de “agentes de transformação”, e **analisá-la na sua função social** em benefício das classes emergentes.

7.3. A Vida Religiosa inserida nos meios populares.

7.3.1. **Focalizar as pequenas comunidades inseridas nos meios populares** como uma alternativa de Vida Religiosa hoje.

7.3.2. **Abordar algumas perguntas básicas:**

Em que medida as vocações populares podem manter-se em seu caráter popular e, ao mesmo tempo serem religiosos, dentro das várias Congregações e Ordens?

Qual o aporte que os Religiosos encarnados em meios populares trazem para a Igreja?

Como esta encarnação incide na Vida Religiosa e leva uma reinterpretação do carisma?

8. POSSÍVEL ENFOQUE DE ABORDAGEM DO TEMA CENTRAL E DOS SUBTEMAS

- 8.1. **Tipo de abordagem crítico-histórico**, isto é, analisando de modo crítico o que vem acontecendo na Igreja e na Vida Religiosa nos últimos anos e o significado de Puebla dentro deste contexto.
- 8.2. **O aspecto histórico-crítico virá ligar esta Assembléia com a anterior**, que analisou precisamente a realidade da Vida Religiosa dentro da Igreja e de nosso contexto sócio-político.
- 8.3. Os subtemas, particularmente seriam **integrados dentro da visão teológico-histórica da caminhada da Igreja e da Vida Religiosa** no nosso Continente, marcando bem as novidades dos diferentes passos.
- 8.4. Cada um dos subtemas viria **concretizar a ótica**, desenvolvida pelo tema central.

9. POSSÍVEL DINÂMICA

9.1. De preparação:

- 9.1.1. Lembrar aos Superiores Maiores **os temas estudados na XI AGO** e as principais conclusões tiradas em 1977.
- 9.1.2. Fazer circular informação reflexiva acerca da temática geral de Puebla especialmente sobre os temas em pauta.
- 9.1.3. Fazer circular **experiências** que estão em curso nos distintos níveis e nos distintos temas.
- 9.1.4. Pedir que os **regionais façam a sua preparação no contexto da sua região**: como se concretiza ali a opção pelos pobres e contra a pobreza; como funcionam as escolas; que inserção realiza a Vida Religiosa nos meios populares (Encontros, mini-assembléias em 80, 1º semestre).
- 9.1.5. Sugerir **debates e troca de experiências nas Comunidades e Províncias** em torno aos temas propostos.

9.2. De realização:

- 9.2.1. A dinâmica da Assembléia compreenderia os **seguintes passos**:
 - a) Exposição do tema
 - b) Leitura/reflexão pessoal
 - c) Grupos de estudo e discussão
 - d) Plenários com debates francos

- 9.2.2. Para o tema central e para cada subtema, haveria uma **boa exposição**, bem preparada e discutida previamente a nível de CRB (Diretoria/Comissão de teólogos), **tentando buscar o cerne da questão**, com clareza teórica e sentido da viabilidade histórica das soluções necessárias. A exposição poderia ser acompanhada de **projeções**.
- 9.2.3. O texto escrito seria distribuído, no dia, aos participantes **em forma de apostila**, para indicar sua natureza de **texto de trabalho**.
- 9.2.4. Texto **breve, conciso**, de maneira a possibilitar a sua **leitura no interior da própria reunião**. Policopiado de forma tal que facilite uma **leitura de anotações**.
- 9.2.5. Depois da exposição, dar-se-ia a todos os presentes um **tempo para leitura/reflexão pessoal** do texto.
- 9.2.6. **Grupos** com duas ou três questões sobre cada tema, e num **duplo movimento**: pedido de esclarecimentos ao expositor; discussão intergrupala a respeito do tema.
- 9.2.7. **Grandes assembleias** (plenários) para o **debate franco, esclarecimentos, sugestões, formulação de conclusões**.
- 9.2.8. Chegaríamos assim, progressiva e seletivamente a algumas **prioridades, que nos proporíamos a nós mesmos e assumiríamos de modo definido e realístico como OBJETIVOS COMUNS dos Religiosos e Religiosas do Brasil**, para o próximo Triênio 1980/1983.

10. OBJETIVOS DA CONSULTA

Trata-se de uma **consulta**. O tema e os subtemas ainda não estão fixados, mas apenas sugeridos. Sua alteração ou fixação dependerá dos Superiores Maiores, das Diretorias e Executivos Regionais. Está em questão, portanto, toda uma dimensão de **corresponsabilidade**.

11. SUA COLABORAÇÃO DESDE JÁ:

- ◆ Estude, por obséquio, com seu Conselho Provincial, com sua Diretoria e Executivo, a **oportunidade e sentido deste tema e subtema**, focalizados como fica indicado acima. Dedique a isto uma parte do seu tempo para o bem dos Religiosos do Brasil.
- ◆ Até o dia **31 de outubro**, comunique-nos suas **reflexões, observações, sugestões, correções, perspectivas quanto ao tema e subtemas, seu enfoque e dinâmica**.

- ◆ Envie-nos por escrito, em **duas vias**, a este endereço:
CRB/Nacional (AGO), Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar
— 20031 — RIO.

12. Recordo-lhe que esta AGO é **também eletiva**. Será interessante que, desde já, com seu Conselho Provincial e em contato com outros Superiores Maiores, vá amadurecendo **nome de pessoas** que podem ser viavelmente indicadas à AGO, para preencher os cargos da Diretoria Nacional da CRB. Aproveito a oportunidade para cumprimentá-los muito fraternalmente.

Pe. Décio Batista Teixeira, S.D.B.

Presidente Nacional da Conferência dos Religiosos do Brasil

XII ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA CRB: SUBSÍDIOS PARA REFLEXÃO

LIBERTAR PARA A COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO é o eixo que articula toda a reflexão de Puebla. É também, por isto mesmo, o tema central da XII Assembléia Geral da CRB. Esta consigna comporta diferentes níveis de compreensão e de realização: o nível do utópico, o nível ético-crítico, o nível das mediações.

Estes subsídios querem ajudar os Religiosos e Religiosas do Brasil a refletir sobre a Comunhão e Participação nos seus diferentes níveis, para que a força mobilizadora desta consigna de Puebla mantenha todo o seu vigor; seja constantemente purificada de elementos ideologizantes, e encontre caminhos de realização no concreto de suas opções.

1. NÍVEL UTÓPICO

O Reino de Deus implica completa comunhão e participação. Em Cristo e nos glorificados com Ele essa realidade é plena, sem limites e impedimentos, sem contradições e conflitos. Nós, porém, estamos ainda a caminho para a realização deste ideal. Comunhão e participação é o “para onde” de toda a nossa história, nossa utopia. É matéria de Anúncio e Esperança:

- 1.1. Que ideal de comunhão e participação já aparece desde o Gên 1-3 e é retomado na carta aos Efésios 2,14-22?
- 1.2. Como surge na experiência da Aliança no A.T. o ideal de Comunhão e Participação?
- 1.3. Como o aparecimento do Reino em Jesus Cristo põe em questão a situação da Ordem Social e a abre ao ideal de Comunhão e Participação?
- 1.4. Que nos ensina o Sermão da Montanha sobre o ideal de Comunhão e Participação?

- 1.5. Como Puebla vê a Igreja enquanto ideal de Comunhão e Participação?
- 1.6. Como se manifesta o ideal de Comunhão e Participação nos Sacramentos de iniciação (Batismo e Confirmação)?
- 1.7. Que relação existe entre o Sacramento da Reconciliação (Penitência) e o ideal de Comunhão e Participação?
- 1.8. Como a Eucaristia expressa na sua celebração o ideal de Comunhão e participação?
- 1.9. Para que ideal de Comunhão e Participação aponta o Sacramento do Matrimônio?
- 1.10. De que Comunhão e Participação o Sacramento da Ordem está a serviço?
- 1.11. De que Comunhão e Participação a Vida Religiosa é agente segundo Puebla?

2. NÍVEL ÉTICO-CRÍTICO

Comunhão e Participação podem se transformar em alibi ou uma cortina de fumaça que nos impedem de chegar à raiz do Conflito Social, ocultando os mecanismos de opressão e escamoteando nossa responsabilidade por eles. Donde a necessidade de ver muito concretamente a maneira como nós religiosos estamos presentes no processo de mudança em curso:

- 2.1. Por que "Comunhão e Participação" são colocadas como base e meta do trabalho da Igreja na A.L.? Em que Comunhão e Participação têm na libertação o seu critério decisivo de avaliação?
- 2.2. É preciso partir de nós próprios, da Vida Religiosa como ela é: Comungamos com quem? Em quê? Participamos de quê? Como? Onde? Com quais interesses? (Dentro da Vida Religiosa? Na Igreja? No bairro? Na cidade, etc.?)
- 2.3. Nós e nossas obras servimos a quem? Qual a prática efetiva de sua Congregação e Província? Impedimos ou favorecemos as estruturas injustas que travam a comunhão, coíbem a participação e reforçam a marginalização?
- 2.4. Que consciência sua comunidade e sua província têm do conflito e da opressão e de sua responsabilidade por tudo isto?
- 2.5. O que sua Província ou Comunidade estão fazendo para se libertarem e para libertar os irmãos, buscando garantir e incentivar a comunhão e participação entre os religiosos (também inter-congregacionalmente) e com os irmãos empobrecidos?

3. NÍVEL DAS MEDIAÇÕES

Comunhão e participação pode transformar-se em mais um "slogan". Daí a necessidade de dar-lhe um conteúdo existencial e social concreto de encontrar as mediações adequadas de sua realização histórica, a partir do seu significado teológico para a Igreja e a Vida Religiosa.

- 3.1. À luz de Puebla, por que não basta a mera denúncia profética para realizar o ideal de Comunhão e Participação? Como tornar profética esta denúncia profética?
- 3.2. Quais são os mecanismos que impedem a Comunhão e Participação?
- 3.3. Que tipo de mudanças se fazem necessárias frente a esses mecanismos, além da reforma do que existe?
- 3.4. Que amarras impedem concretamente a Vida Religiosa (você, sua comunidade, sua província) a tornar real a Comunhão e Participação?
- 3.5. Que experiências de Comunhão e Participação você ou sua comunidade ou província pensam fazer para concretizar a consigna de Puebla?

BIBLIOGRAFIA

LIBÂNIO, JOÃO BATISTA, SJ, **Puebla, Comunhão e Participação**, em CONVERGÊNCIA, abril de 1979, páginas 161/171. FRANÇA MIRANDA, MÁRIO, SJ, **Graça de Deus ou libertação do homem?** Alguns subsídios teológicos para o documento de Puebla, em Revista Eclesiástica Brasileira, setembro/79, páginas 385/420. LIBÂNIO, JOÃO BATISTA, SJ, **O documento final de Puebla. Suas grandes linhas**, em Síntese, janeiro/abril 1979, páginas 53/69. BOFF, LEONARDO, OFM, **Puebla, uma obra verdadeiramente de Deus**, em Grande Sinal, maio/1979, páginas 241/281. BOFF, LEONARDO, OFM, **A libertação em Puebla**, em SEDOC, abril/79, páginas 1093/1118. BOFF, LEONARDO, OFM, **Função dos religiosos na libertação integral do homem**, em CONVERGÊNCIA, junho/78, páginas 261/278. ANTONCICH, RICARDO, SJ, **Uma vida religiosa pelos caminhos de Puebla**, em Puebla: desafios à vida religiosa, Edição CRB. Ano 1979. CALIMAN, CLETO, SDB, **O seguimento de Cristo hoje na América Latina**, em Puebla: desafios à vida religiosa, Edição CRB. Ano 1979. BOFF, LEONARDO, OFM, **Os desafios da vida religiosa à luz de Puebla**, em CONVERGÊNCIA, julho/agosto de 1979, páginas 367/381. BOFF, LEONARDO, OFM, **Teologia da libertação, o mínimo do mínimo**, em CONVERGÊNCIA, março/1979, páginas 109/114.

A IGREJA COMO PROBLEMA

A questão de “sentir com a Igreja”
em uma época de contestação e pluralismo

Pe. Félix Alexandre Pastor, SJ
Roma, Itália

I. Problemática

A questão de “sentir com a Igreja” constituiu sempre um problema para o fiel, particularmente nos momentos históricos de crise cultural e religiosa profunda. Nos nossos tempos adquiriu um grau maior de complexidade pela coincidência de fenômenos diversos, como a contestação eclesial ou o pluralismo teológico, que contribuem a dificultar o sentimento religioso de comunhão entre o indivíduo e a comunidade eclesial. Na verdade, mais importante que conhecer o modo de sentir hoje com a Igreja é o compreender porque na atualidade existe uma maior dificuldade que no passado para realizar pacificamente o sentimento de comunhão com a Igreja. Tal dificuldade deriva de numerosas raízes. Primeiramente, de uma diver-

sa compreensão do problema do consenso e da **dissenso**, tanto na cultura e na sociedade civil, como na teologia e na comunidade de fé. Em segundo lugar, tal dificuldade é condicionada por uma diversa consciência da essência da Igreja na sua **identidade** e nas suas estruturas. Finalmente, o problema é influenciado por uma diversa compreensão da idéia do cristianismo na sua **diferença** e na sua situação com a história. Pretendemos tratar brevemente destes três aspectos da questão, a fim de chegarmos a uma conclusão coerente com a complexidade do tema (1).

II. Dissenso e consenso

O dissenso eclesial pode assumir diversas formas. Uma das formas mais características de nosso tempo

é o dissenso como **contestação** eclesial. Poder-se-ia perguntar porque nos nossos dias a contestação assumiu formas tão convencidas e vistosas, como expressão de crítica e denúncia profética. Numerosos fatores influenciaram tal fenômeno. Na cultura contemporânea o momento da negatividade crítica e da antitetividade tem sido intensamente valorizado como possibilidade real de superação da unidimensionalidade do conformismo social. A esta legitimação filosófica se acrescenta uma motivação política, enquanto a contestação representa o abandono de uma posição ideologicamente conservadora e a abertura para a função crítica e profética foi fortemente valorizada como momento do sentimento de justiça e santidade de Deus no interior da experiência religiosa. Neste sentido, tem aumentado o interesse pela motivação religiosa da crítica social dos profetas ou da crítica evangélica da riqueza injusta, como expressões privilegiadas da relevância crítica da dimensão profética no cristianismo. Por outra parte, a eclesiologia contemporânea sublinhando o momento da comunhão, da diaconia e do carisma na comunidade eclesial torna possível uma crescente participação e corresponsabilidade comunitária, bem como um real pluralismo de dons e serviços. Mas uma comunidade em que existe um espaço para a negatividade crítica, para o profetismo ético e para o pluralismo carismático jamais poderá viver em uma situação de monolitismo intelectual: podendo-se prever a priori a possibilidade da contestação dialéctica (2).

O dissenso eclesial pode assumir a forma do **pluralismo** cultural e mesmo teológico. A fé é uma, mas a reflexão teológica é múltipla, como consequência da diversidade de situações históricas, ou da diferença do instrumento filosófico usado na própria reflexão ou mesmo do pluralismo das ideologias latentes nos diversos intentos de sistematização. A mesma relação fundamental entre razão e revelação ou entre filosofia e teologia pode ser vista de modo radicalmente diferente. A doutrina da fé pode ser subordinada em certo modo à reflexão da razão, como na perspectiva kantiana ou no sistema hegeliano; ou pelo contrário, a reflexão crítica pode ser subordinada à perspectiva teológica, como no tomismo ou mesmo na teologia dialéctica. Uma outra possibilidade de considerar o problema pode ser oferecida pela **tesis** da juxtaposição de razão e revelação, como acontece nos sistemas em que a experiência é fortemente valorizada; pensemos na escola de Oxford ou no nominalismo teológico no fim da Idade Média ou mesmo no positivismo teológico contemporâneo, que implicitamente mantém a teoria de uma dúpliciade verdade na ordem teológica e na ordem filosófica. Existe ainda o vigoroso intento de uma integração profunda entre problemática filosófica e visão teológica como nos grandes representantes do platonismo cristão na Igreja antiga ou nos grandes pensadores do idealismo romântico e do primeiro existencialismo (pensemos em Schleiermacher, no último Schelling, em Kierkegaard). De tal pluralismo nos pressupostos seguir-se-á uma notável dife-

renciação nas diversas aproximações teológicas aos problemas (3).

Finalmente, o dissenso na comunidade eclesial pode exprimir algumas exigências da **liberdade** na esfera religiosa. Com o crescimento da consciência da dignidade da pessoa humana e de seus direitos fundamentais, particularmente na esfera religiosa, abriu-se o espaço necessário para uma confrontação sincera no âmbito mesmo da comunidade de fé. Por uma parte, a cultura moderna a partir da renascença tem valorizado o individualismo pessoal, defendido juridicamente pela filosofia liberal, renovando o jusnaturalismo ético-político e edificando o moderno Estado democrático de direito, no qual é fundamental o reconhecimento dos direitos inalienáveis da pessoa na esfera política. Tal situação vale particularmente para a esfera religiosa, na qual foi superada totalmente não só a posição do **cuius regio eius religio** da época da Reforma, mas também a hipótese de Estado confessional da época contemporânea. Finalmente, a teologia atual enfatiza, por uma parte, a liberdade de palavra e de opinião na Igreja, como espaço de pluralismo espiritual à luz do axioma **ubi Spiritus ibi libertas**; por outra parte, a liberdade do ato de fé e o princípio da tolerância religiosa, também com relação aos que não se integram na comunhão católica (4).

Considerando os precedentes fenômenos no conjunto, a realidade do dissenso, tanto no interior do corpo eclesial, aparece como uma expressão não necessariamente ilegítima da vitalidade e espontaneidade

pessoal, quer no plano individual, quer no plano social. Nosso tempo toma consciência da legitimidade de tal fenômeno. Somente os Estados totalitários impedem heteronomamente qualquer forma de dissensão. O Estado democrático reconhece a possibilidade de dissentir pacificamente como direito inalienável da pessoa ou do grupo. No caso da comunidade religiosa, a questão do dissenso constitui um problema de real importância. Por uma parte, nela tem de existir um consenso fundamental de certezas incondicionadas. Por outra parte, a dissensão supõe dúvida, incerteza, contradição e crítica, do elemento condicionado em que a religião é apresentada. Esta tensão fundamental entre o elemento incondicionado no sentimento religioso e os elementos condicionados de sua manifestação na experiência histórica constitui a polaridade fundamental da vida concreta de uma religião no tempo. Constantemente deve criticar as formas condicionadas em nome do incondicionado e do infinito; constantemente deve viver atualizando a tradição. Neste sentido, adquire uma real relevância a **Ecclesia semper renovanda**. A comunidade eclesial vive continuamente o problema de ser ela mesma na sua identidade e na sua diferença como comunhão com Cristo e como comunhão com o mundo. Em outras palavras, como comunhão carismática e como comunhão cósmica (5).

III. A Igreja na sua identidade

Inicialmente, para abordar o problema da identidade da Igreja ou da

compreensão da comunidade eclesial em si mesma, é preciso resolver a questão fundamental da relação entre o elemento carismático e o elemento institucional na comunidade eclesial. Com efeito, o problema poderia ser também colocado nos termos seguintes: A Igreja é uma sociedade institucional ou é uma comunidade espiritual? Mas deste modo estaríamos perante uma falsa antinomia: ou carisma ou instituição. Na tradição bíblica e patrística, porém, não aparece tal oposição. Atualmente, por uma parte, a teologia evangélica superou as teses de Harnack ou de Sohm sobre a suposta incompatibilidade ou diferença entre realidade institucional e carismática na Igreja primitiva, chegando-se a afirmar a **tesis** da integração de ambos aspectos no cristianismo neotestamentário (6). Por outra parte, também na eclesiologia católica é melhor compreendida atualmente a íntima relação existente entre o Espírito e a Igreja, principalmente a partir do consenso eclesial no Concílio Vaticano II. Contudo, paradoxalmente permanecem no catolicismo sociológico as teses extremas do verticalismo integralístico e adialético, que subordina o Espírito à rigidez institucional, e do horizontalismo pseudoprogressista, que opera ainda sob o esquema da postulada oposição entre instituição eclesial e carisma livre. Entre estas posições limites, abre-se caminho à tese de uma tensão dialética superável na integração do elemento carismático e do elemento institucional na comunidade. Dado que a Igreja em si mesma e nas suas estruturas fundamentais é ao mesmo tempo

institucional e carismática. A Instituição é diácona do Espírito. Constantemente deve viver em comunhão com o passado e em abertura para o futuro, escutando e proclamando o evangelho de Jesus Cristo (7).

Por conseguinte, é possível hipotizar uma crítica da realidade institucional em nome do Evangelho e do imperativo de conversão aos ideais religiosos. Tal hipótese supõe uma **nova perspectiva** eclesiológica, segundo a qual Igreja não pode ser compreendida meramente como sociedade juridicamente perfeita em rivalidade com o Estado, mas como povo de Deus peregrinante na história a caminho do reino, como corpo místico de Cristo enriquecido por variados serviços e ministérios, como templo carismático do Espírito onde se realiza um intento de comunhão de fé e de esperança, como sacramento ou sinal de salvação para o mundo. A comunidade de fé, portanto, não pode ser pensada de um modo meramente exterior e superficial; mas também não pode ser compreendida como mera latência e invisibilidade. A comunidade eclesial é fundamentalmente comunhão e sacramento, carisma e diaconia para o mundo e em si mesma. Portanto, nela deverá existir um espaço amplo para a participação e a corresponsabilidade, para a colaboração e o pluralismo, visando sempre a edificação na fé (8).

A compreensão da realidade carismática e diaconal da comunidade eclesial permitiu uma nova inteligência da teologia dos ministérios, tanto do ministério pastoral como dos mi-

nistérios laicais. Primeiramente, a noção mesma de **ministério pastoral** ou diaconia do evangelho substitui uma das noções mais ambíguas e polêmicas da eclesiologia pré-conciliar: a idéia de hierarquia. À luz da eclesiologia conciliar tem-se renovado, primeiramente, a teologia do episcopado, quer com a consideração ontológica de sua sacramentalidade, quer com a consciência funcional de sua colegialidade. Desaparece a figura de bispo monárquico isolado. Aparece o ministério pastoral na sua ação colegial: no concílio, nos sínodos, nas conferências episcopais regionais, nacionais, continentais. A hierarquia se transforma em **diaconia** de fé, de caridade, de esperança. Procura-se também um novo tipo de relacionamento entre as Igrejas particular-se e locais e a **cathedra Petri** (9). Também a teologia do ministério presbiteral tem sofrido um processo de crise e renovação, equilibrando noções teológicas inspiradas quase exclusivamente nas categorias místico-sacramentais de uma religião entendida como liturgia, com noções mais próximas da tradição neotestamentária, como as de seguimento e conversão, missão e testemunho, carisma e serviço. Tal renovação teológica na compreensão do ministério presbiteral poderá permitir uma superação de uma visão clerical da comunidade eclesial, dado que a perspectiva da missão, da diaconia e do testemunho são bem mais ricas que as noções meramente rituais ou jurídicas (10).

Também a teologia do laicato sofreu uma profunda revisão à luz da perspectiva eclesiológica do Vaticano

II. Pode-se considerar teoricamente superada uma compreensão meramente passiva do laicato cristão. A idéia conciliar de uma participação dinâmica do laicato no testemunho e na missão supõe um crescimento objetivo na inteligência do laicato cristão, infalível no **sensus fidei** e enriquecido de diversos carismas para a mútua edificação da comunidade na fé. Desaparece assim uma compreensão meramente devocional da espiritualidade laical, bem como uma visão puramente jurídico-eclesial do apostolado leigo. Por outra parte, a perspectiva conciliar quer acentuar a presença da Igreja no mundo de modo particular através da participação cultural e política do laicato na vida intelectual e social da comunidade política (11). Os ministérios laicais conheceram um novo florescimento na época pós-conciliar por ocasião do debate sobre diversificação de ministérios e sobre as comunidades eclesiais de base. A ênfase na dimensão comunitária tem levado a um crescimento na participação laical, particularmente através das pequenas comunidades e dos grupos informais de tipo catecumenal e bíblico. Nestes grupos aparecem novas diaconias e serviços na área da evangelização e na da libertação e promoção da justiça (12).

Também a **vida consagrada** passou a ser contemplada em uma nova perspectiva teológica, menos individualista e mais eclesial, menos canônica e mais carismática. Determinantes foram a consideração da dimensão eclesial da vida religiosa e o incentivo para uma renovação das

comunidades à luz do seguimento evangélico, do carisma do fundador e das necessidades da Igreja nos nossos dias. O impulso renovador do Concílio Vaticano II levou a comunidade eclesial a descobrir a própria realidade carismática sob a estrutura institucional, bem como a renovar as próprias estruturas na perspectiva das necessidades históricas ou sinais dos tempos mais prementes (13).

A perspectiva eclesiológica atual deverá assumir constantemente uma linha de renovação carismática um melhor serviço do evangelho como mensagem de salvação para o mundo e como crise da consciência individual e social. Com efeito, a eclesiologia atual deverá superar uma visão meramente sacramental e mística da religião, sem reduzi-la porém à pura função crítica de profetismo social. A eclesiologia atual deverá integrar os diversos aspectos da experiência religiosa no cristianismo, conservando a tensão dialética entre mística e profecia, liturgia e diaconia, contemplação e ação, mensagem e crítica, evangelização e libertação, sempre na perspectiva humildemente paradoxal da graça. A fidelidade a esta visão católica e ecumênica da Igreja deverá valorizar teórica e praticamente o princípio comunitário nos diversos níveis, como comunhão e corresponsabilidade no plano universal e no plano local, abrindo novas possibilidades de participação e diversificação de ministérios, aos grupos espontâneos e às comunidades de base um conteúdo evangélico de renovação e dinamismo. Mas a comuni-

dade católica não deverá perder a substância mística e sacramental da própria tradição espiritual e mesmo da religiosidade popular, pelo fato de enriquecer-se com a dimensão crítica e profética, fundamentada sempre na humilde atenção à experiência da graça, sempre nova, sempre renovadora e sempre paradoxal (14).

IV. A Igreja na sua diferença

Suposto o conceito de Igreja como corpo de Cristo e sacramento de salvação, povo eleito peregrinante e comunhão de esperança no tempo, surge o problema fundamental da sua relação com o reino da história e dos homens. Como pensar a relação existente entre a Igreja e o mundo: sob o princípio da identidade ou sob o princípio da diferença? A questão é enormemente complexa. Primeiramente, pela ambivalência do mundo, mesmo na tradição bíblica. Mundo é criação divina e mundo é também pecado e rebelião à ordem divina. No catolicismo, as opostas tendências de tipo integrista ou progressista tendiam a considerar a relação de Igreja e mundo sob o princípio da identidade no caso do progressismo e sob o princípio da diferença no caso do integrista. Em verdade, entre a Igreja como sacramento da graça e o mundo como pecado só pode reinar a diferença. Mas entre o mundo como criação divina e a Igreja como sacramento da salvação pode ver-se a identidade no único Senhor da criação e da salvação. Mas a ques-

tão desta relação implica numerosas posições teológicas particularmente no modo de entender a relação entre o reino de Deus e a história dos homens e entre evangelização e libertação, particularmente sentidas nos nossos tempos. Sob uma perspectiva filosófica, o problema tem aparecido ao considerar a questão da relação entre razão e fé. Perante uma visão heteronômica, que pretende impor autoritativamente princípios surge uma filosofia da autonomia, legitimada no iluminismo moderno. Perante o perigo de uma limitação da **autonomia** à esfera da finitude surge uma filosofia da **teonomia**, proposta com particular intensidade no idealismo romântico e no primeiro existencialismo (pensemos em Schleiermacher, no último Schelling ou em Kierkegaard) (15). O problema apresenta-se novamente na teologia atual sob diversos ângulos. Assim nas teologias da "morte de Deus" aparece como antinomia entre secularização e religião; nas teologias do progresso ou do futuro, como dialética entre escatologia e história. Em realidade uma visão da religiosidade sob o princípio da identidade leva a uma religião exclusivamente de tipo místico-sacramental. Pelo contrário uma compreensão da religiosidade sob o princípio da diferença leva a uma religião quase meramente ético-profética (16).

A questão da compreensão da relação entre cristianismo e história ou entre a Igreja e o mundo tem diversos corolários políticos, quando se pretende considerar o problema da relação entre o corpo eclesial

e o corpo político. A doutrina do magistério pontifício sobre **questões políticas** passa de um integralismo abstrato, antiliberal e anti-socializante, no tempo de Gregório XVI e Pio IX, a uma posição que favorece a alternativa política do Estado de direito como mais próxima ao ideal cristão da dignidade da pessoa humana, avançando mesmo na crítica do sistema capitalista e abrindo-se a uma progressiva visão da dimensão social da propriedade, particularmente durante os últimos pontificados de Pio XI a João XXIII. A expressão política desta visão ideológica achou no centrismo popular dos democratas de inspiração cristã o seu instrumento de participação na vida social (17).

Fundamentais podem ser consideradas as linhas de solução do Vaticano II sobre a questão. Com uma visão mais antropológica do mundo não só como natureza, mas também como história e cultura, o Concílio formulou os princípios teórico-dialéticos da identidade e da diferença e os princípios prático-pastorais do diálogo e da missão. Entre a Igreja e o mundo existe **identidade**, porque um é o Senhor da criação e da salvação; mas existe também **diferença**, dado que o mundo é obra de Deus e é também pecado. Mesmo, porém, como mundo perdido permanece sendo destinatário da graça e da salvação divina. Conseqüentemente, entre o mundo e a Igreja deve existir **diálogo** e da Igreja para o mundo deve viver a **missão**, como proclamação da palavra da graça vitoriosa (18).

O debate teológico pós-conciliar tem aprofundado sob diversas polaridades o problema em questão. As diversas teologias da práxis, de um modo ou de outro, têm focalizado o tema, por vezes em forma unilateral. Assim as teologias da secularização e da "morte de Deus", sob o problema da relação entre secularização e religião entendem frequentemente a tensão entre autonomia secular e heteronomia religiosa, em vez de entender a religião como irrupção do incondicionado e como teonomia. As teologias do futuro e da esperança focalizam a tensão entre progresso humano e esperança cristã. As teologias políticas européias ou americanas se confrontam com a questão da relação existente entre fé cristã e utopia política ou entre salvação cristã e libertação humana. Todas elas contribuíram a colocar o problema de um modo menos abstrato e distante e mais próximo da realidade humana, valorizando positivamente as exigências, da humanidade atual, de liberdade e autonomia, de emancipação e progresso, de libertação e esperança, de comunhão e solidariedade, em ordem a superar as situações de dominação, opressão, alienação e contradição entre o ideal cristão e a realidade humana (19). O magistério pontifício recente, particularmente sob Paulo VI, assumiu progressivamente as exigências fundamentais do diálogo com o mundo moderno, bem como o imperativo de uma maior socialização no plano econômico mundial e de um maior pluralismo político entre os cristãos, recebendo a problemática da libertação na

ótica da caridade cristã na sua dimensão política (20).

V. O novo consenso

A Igreja do futuro só poderá buscar o seu consenso no evangelho e, particularmente, no centro da mensagem evangélica para a comunidade eclesial. Neste sentido, o debate teológico por ocasião dos últimos sínodos episcopais dedicados à evangelização, bem como a publicação da **Evangelii nuntiandi** e do Documento conclusivo de Puebla, poderá constituir um ponto inicial para a elaboração de um novo consenso no problema de sentir com a Igreja hoje, facilitando um adequado discernimento teológico no presente pluralismo de posições e de opções. Particularmente relevante pode ser considerada a idéia de procurar uma **"evangelização libertadora"**. Com efeito, a Igreja procura uma proclamação eficaz do Evangelho hoje. Por uma parte, é preciso proclamar o Cristo como salvação do homem atual, nas diversas culturas e contextos políticos. Por outra parte, será preciso também procurar a salvação integral do homem, como implicação do imperativo evangélico da caridade. A Igreja do futuro será uma comunidade sempre mais à procura da própria inserção cultural nos diversos contextos e sistemas humanos, para levar a todos os homens a boa nova da salvação e libertação cristã (21).

A **Igreja do futuro** deverá procurar viver a religião na concreticidade das diversas culturas e situações. A certeza incondicionada da

religião deverá achar constantemente as formas culturais mais adequadas para exprimir-se eficazmente na vida e da história. A mesma divina revelação e encarnação da palavra eterna do Pai em Jesus, centro da história de nossa salvação, constitui o paradigma da relação entre fé e realidade humana. No processo de inculturação do cristianismo nos diversos povos, as diversas Igrejas particulares, especialmente através das próprias Conferências episcopais, têm um papel insubstituível, dada a sua proximidade das diferentes culturas humanas e das diversas situações históricas. No processo concreto de proclamação do evangelho e de inculturação da fé deveria ser achada uma **via média** entre o tradicionalismo rígido e o progressismo ingênuo, perante os desafios da situação atual. A realidade presente aparece enormemente problemática e complexa, tanto do ponto de vista cultural e social, como do ponto de vista religioso. O cristianismo sente-se ameaçado pela indiferença religiosa da cultura secularizada. Os cristãos não sempre reagem ativamente na sociedade perante a opressão e injustiça com relação aos pobres. A mesma religiosidade popular frequentemente se mistura com uma dose de superstição e fatalismo (22).

Considerando os precedentes imperativos e desafios, poderiam sintetizar-se as conclusões do presente discernimento teológico em alguns **princípios fundamentais** para sentir hoje com a Igreja, que deseja escutar, viver e proclamar com sinceridade e verdade o evangelho da libertação dos pobres e da salvação

dos marginalizados. Podemos reduzir tais princípios aos quatro seguintes:

1. Um princípio **teológico-escatológico**, que enuncia o ministério da Igreja no serviço da proclamação do evangelho do reino e das exigências da justiça de Deus. Em muitas regiões, porém, perante a injusta opressão de muitos pobres, constitui uma exigência irrenunciável a denúncia profética do mal e o anúncio do imperativo da conversão, superando ao mesmo tempo um certo fatalismo social. Portanto, não pode ser negada a legitimidade de uma reflexão teológica sobre os problemas da emancipação política e da libertação cristã, confrontando fé cristã e história humana (23).

2. Um princípio **cristológico-profético**, que salienta a dimensão crítica e ética do anúncio do reino por Jesus, como evangelho de libertação para os oprimidos. No debate cristológico atual existe a tendência a passar do Cristo da fé, contemplado misticamente, ao Jesus da história, que anuncia profeticamente o tempo de libertação para os pobres e é perseguido pelo poder político e até religioso do seu tempo. Deverá ser evitado, porém, o perigo de reduzir a figura teológica do Cristo, afirmada na tradição católica, à de simples reformador social; como também o perigo de privatizar a devoção a Jesus, esquecendo que ele é o Senhor da história (24).

3. Um princípio **eclesiológico-dinâmico**, que sublinha a relevância de uma renovação eclesial em profundidade, no serviço de uma evangelização libertadora. Tal renovação

da comunidade eclesial deveria ser procurada no plano da comunhão no ser e da participação no agir. Particularmente importante é a preocupação missionária por facilitar o encontro da fé com as diversas culturas dos povos, favorecendo assim uma adequada inculturação da mensagem evangélica. A renovação eclesial deveria chegar até os pequenos grupos eclesiais de base, que assumem a cultura da pobreza. Neles se proclama o anúncio evangélico da libertação e se purifica a religiosidade popular sem destruí-la (25).

4. Finalmente, um princípio **antropológico-histórico**, que indica a incidência do evangelho na história, como renovação da cultura e da sociedade. Para poder modificar a realidade histórica, o cristianismo deveria penetrar na vida social e política através de diversos princípios éticos sempre vigentes na própria tradição, para obter um tipo de sociedade mais justa e humana. Para isso, a Igreja, segundo o seu recente magistério papal e episcopal, pretende favorecer determinados bens fundamentais da sociedade humana, como a defesa dos direitos humanos da pessoa, a reforma das estruturas sociais injustas, a promoção concreta da paz e da justiça, a procura de uma maior colaboração internacional entre os povos, no plano político, econômico e cultural. Deste modo, a comunidade eclesial pretende promover um modelo de evangelização concreta, adaptada à própria cultura e autenticamente libertadora da injustiça (26).

VI. Sentir com a Igreja hoje

Chegando no fim das presentes reflexões, seja-nos permitido formular algumas conclusões gerais sobre a questão teológica focalizada:

1. Nos nossos tempos, caracterizados por uma crise cultural e religiosa profunda e complexa, tem constituído um particular problema a questão de **sentir com a Igreja**, pela coincidência de fenômenos conexos como a dissensão, a contestação e o pluralismo cultural e religioso. Certamente, na comunidade eclesial deve existir fundamentalmente um consenso básico e uma certeza incondicionada no plano da fé. Mas uma certeza sobre o elemento incondicionado da religião não exclue dissensões concretas sobre algumas formas condicionadas contingentes em que a religião pode ser vivida ou pensada. Do mesmo modo, um consenso na fé não necessariamente elimina nem o pluralismo teológico, nem a diversidade de perspectivas pessoais e comunitárias, no modo concreto de viver a própria religião.

2. Não pode ser eliminada **a priori** a hipótese de uma crítica da realidade institucional da Igreja, em nome do Evangelho e dos imperativos superiores de conversão, seguimento, testemunho, serviço, etc. A Igreja é ao mesmo tempo, mas não do mesmo modo, institucional e carismática; mas a instituição está a serviço do Espírito, como os ministérios estão ao serviço do único Evangelho. As únicas posições a serem excluídas são um verticalis-

mo integralístico, que subordina o Espírito à rigidez institucional, e um horizontalismo exclusivo e pseudo-progressista, que opera sob o esquema da oposição necessária de carisma e instituição.

3. A teologia atual deverá procurar integrar os diversos aspectos da **experiência religiosa** do cristianismo, conservando a sua tensão dialética. A comunidade católica não deveria perder a substância mística e sacramental da própria tradição espiritual e da religiosidade popular, por enriquecer-se com a dimensão crítica e ética da tradição profética. Mantendo-se sempre na humilde atenção à experiência paradoxal da graça, a teologia deveria integrar profecia e mística, diáconia e liturgia, denúncia e anúncio, libertação e evangelização.

4. Na questão fundamental da relação entre o **cristianismo e a história** ou entre a Igreja e o mundo, a teologia atual deverá manter a tensão dialética de identidade e di-

ferença, diálogo e missão. A autonomia não deveria excluir a teonomia; a fé deverá iluminar as utopias humanas; a solidariedade cristã deveria enfrentar as situações de opressão e marginalização.

5. A Igreja do futuro só poderá achar o seu novo consenso no Evangelho. Uma comunidade eclesial, que deseja escutar, viver e proclamar a mensagem da boa nova da libertação aos pobres, deverá considerar constantemente a dimensão teológico-escatológica do reino de Deus e de sua justiça, perante as injustiças da realidade; a dimensão cristológico-profética da evangelização como anúncio da libertação por Jesus; a dimensão eclesiológico-dinâmica, que acentua a exigência de uma renovação da comunidade eclesial, a serviço dos pobres e marginalizados; a dimensão antropológico-histórica, que assinala no evangelho a força de renovação religiosa, cultural e social da comunidade humana.

NOTAS

(1) K. RAHNER, **Opposition in der Kirche**, em *Schriften zur Theologie XII* (Zürich 1975), 469 ss. (2) P. TILLICH, **Religionsphilosophie**, in *Frühe Hauptwerke* (Ges. Werke I) Stuttgart 1959, 340 ss. (3) K. RAHNER, **Über den Dialog in der pluralistischen Gesellschaft**, em *Schriften zur Theologie VI* (Zürich 1965) 46 ss. (4) F. BOURASSA, **La liberté sous la grâce**, em *Sciences Ecclésiastiques* 9 (1957) 49 ss.; H. SCHLIER, **Über das vollkommene Gesetz der Freiheit**, em *Die Zeit der Kirche* (Freiburg 1956) 193 ss. (5) Y. CON-

GAR, **Vrai et fausse réforme dans l'Église**, (Paris 1968) 186 ss. (6) E. SCHWEIZER, **Gemeinde und Gemeindeordnung im Neuen Testament** (Zürich 1962) 164 ss. (7) H. KÜNG, **Die charismatische Struktur der Kirche**, em *Concilium* 1 (1965) 282 ss. (8) K. RAHNER, **Das neue Bild der Kirche**, em *Schriften zur Theologie VIII* (Zürich 1967) 329 ss. (9) H. BACHT, **Primat und Episkopat im Spannungsfeld der beiden Vatikanischen Konzile**, em *Wahrheit und Verkündigung* (München 1967) 1447 ss. (10) A. M. CHARRUE, **Le prêtre dans l'Église selon la Const. Lumen Gentium**, em *Seminarium* 6 (1966)

549 ss: W. KASPER, **Die Funktion des Priesters in der Kirche**, em *Geist und Leben* 42 (1969) 102 ss; F. A. PASTOR, **Teologia del Ministerio Eclesial**, em *Estudios Eclesiásticos* 45 (1970) 53 ss. (11) Y. CONGAR, **Jalons pour une Théologie du Laicat** (Paris 1954) 85 ss; L. M. NEVES, **La place des laïcs dans l'Église à la lumière de la théologie du Vatican II**, em *Seminarium* 28 (1976) 19 ss; E. J. DA COSTA BRITO, **A responsabilidade do leigo no mundo e na Igreja** (Roma 1979) 15 ss. (12) R. J. KLEINDER, **Die IV. Römische Bischofssynode zum Thema Basisgruppen**, em *Theologisch-Praktisch Quartalschrift* 123 (1975) 42 ss; F. A. PASTOR, **Evangelización y comunidades de base**, em *La Formazione del Missionario oggi* (Roma 1978) 187 ss. (13) F. A. PASTOR, **Carisma e Missão**. Considerações teológicas sobre o problema da renovação da vida consagrada, em *Síntese* 3/6 (1976) 35 ss. (14) Neste sentido é importante relevar a ênfase atribuída em Puebla ao debate sobre a religiosidade popular e sobre a libertação humana, cf. III Conferencia General del

Episcopado Latinoamericano, Puebla, **La evangelización en el presente y en el futuro de América Latina**. Ed. Celam (Bogotá 1979) n. 444 ss. 470 ss. (15) H. SCHLIER, **Reich Gottes und Kirche**, em *Catholica* 11 (1957) 178 ss. (16) P. TILICH, **Wesen und Wandel des Glaubens**, em *Offenbarung und Glaube* (Ges. Werke VIII). Stuttgart 1970, 148 ss. (17) R. SPIAZZI, **Etica Sociale** (Roma 1978) 280 ss., 395 ss., 524 ss. (18) Assim principalmente na Const. past. **Gaudium et Spes** e no decr. **Ad Gentes** do Concílio Vaticano II. (19) F. A. PASTOR, **Emancipação histórica e reflexão teológica**, em *Perspectiva Teológica* 10 (1978) 7 ss. (20) Particularmente na **Populorum Progressio**, **Octogesima Adveniens** e **Evangelii Nuntiandi**. (21) **Documento de Puebla**, n. 562. Cf. F. A. PASTOR, **Ecclesia et Evangelium**, em *Periodica* 68 (1979) 277 ss. (22) Ver nota 21, n. 89, 382, 1217. (23) Ver nota 21, n. 92. (24) Ver nota 21, n. 178 s. (25) Ver nota 21, n. 397, 434 ss., 591 ss. (26) Ver nota 21, n. 500 s., 544, 549. Sobre o problema ver F. A. PASTOR, **Fundamentum ethicum ordinis politici**, em *Periodica* 68 (1979) 403 ss.

LIBERTAR PARA A COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO

Esta comunicação foi apresentada na Assembléia Regional da CRB, Leste II, realizada em Belo Horizonte, de 25 a 27 de outubro de 1979. Constituiu a introdução de dois dias de trabalho sobre o tema da Assembléia Nacional da CRB em julho de 1980. Foi elaborada com a colaboração de alguns colegas do DFT/UCMG, particularmente do Pe. Cleto Caliman, SDB.

Pe. Alberto Antoniazzi

Belo Horizonte, MG

Nossa exposição se divide em DUAS PARTES principais. Na PRIMEIRA PARTE, procuramos uma visão global do Documento de Puebla. Depois de ter discutido algumas dificuldades ou alternativas nesta busca (item 1), apresentaremos o quadro que nos parece sin-

tetizar melhor o Documento (item 2). De posse deste Quadro, teremos condições, na SEGUNDA PARTE, de compreender melhor o tema central da COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO, que analisaremos (item 4), depois de situá-lo face a outros temas (item 3).

PRIMEIRA PARTE EM BUSCA DE UMA VISÃO GLOBAL

1. Quem conhece um pouco o Documento de Puebla (doravante = DP) sabe que não é fácil chegar a uma síntese ou a uma visão de conjunto de seus 1.310 parágrafos (1), por vários motivos, entre os quais sobressai o modo como DP foi elaborado, através de 21 Comissões que tiveram uma fraca ligação entre si.

A título de exemplo, parece-me interessante analisar a questão das **prioridades** pastorais. Com efeito, deveriam representar a conclusão natural do Documento. Uma indicação clara de "prioridades" para a ação pastoral seria o desfecho normal de um Documento deste tipo e o fruto natural da análise da reali-

dade e da reflexão sobre ela à luz da Fé e da Teologia.

Entretanto, o que se encontra no DP? Uma procura atenta das prioridades se depara com muitas afirmações divergentes, que, ao menos à primeira vista, parecem refletir indecisão ou incoerência no Documento.

A V Parte do DP, que deveria enunciar de forma clara e conclusiva as “opções pastorais”, na realidade não cumpre o que promete (2). Prefere remeter às partes ou capítulos anteriores. Literalmente: “As Comissões, em seus respectivos temas, deram já uma resposta. Não é necessário repeti-la” (DP 1300). Somente tenta expressar o espírito de Puebla em três fórmulas amplas:

“Optamos por:

— Uma Igreja-sacramento de comunhão...

— Uma Igreja servidora...

— Uma Igreja missionária... que se compromete com a libertação do homem todo...” (DP 1302).

A IV Parte do DP (“Igreja Missionária a serviço da evangelização na América Latina”) contém quatro capítulos, dos quais os dois primeiros se apresentam como “opções preferenciais” (pelos pobres e pelos jovens). Os capítulos 3º e 4º tratam da ação da Igreja junto aos Construtores da Sociedade Pluralista na AL e em favor da Pessoa na Sociedade Nacional e Internacional. São essas quatro, ou ao menos as duas primeiras, as opções prioritárias de Puebla?

Na “Mensagem aos Povos da AL”, que precede o corpo do Documento, fala-se também (no nº 4 e ss.) em “prioridades pastorais”. Mas estas são a família, a juventude e as vocações! As outras “opções preferenciais” (as da IV parte) desapareceram? Não, embora estejam meio escondidas no resto da Mensagem, onde se fala de dignidade humana e de “preocupações pastorais a respeito dos homens mais humildes” (nº 3) e se proclama um apelo a todos os homens de boa vontade para que contribuam na construção da “Civilização do Amor” (nº 8) (3).

As “prioridades pastorais” da família, da juventude e da pastoral vocacional recebem uma explicitação bastante ampla no corpo da III parte (“Evangelização da Igreja na AL: comunhão e participação”). Vejam-se as secções sobre a família (DP 568-616), o ministério hierárquico (659-720), a vida consagrada (721-776), os leigos (777-849) e o conjunto da pastoral vocacional (850-891).

Mas a lista não termina aqui. Embora não esteja citada explicitamente entre as prioridades, a participação da mulher recebe ênfase e atenção especiais (cf. DP 9, 126, 299, 419, 443, **834-849**, 1135 (nota), 1174, 1219). E ainda se poderiam procurar outros temas prioritários ou colocados em destaque.

Um último exemplo: a listagem de “prioridades” relacionadas debaixo do título “Evangelização no futuro” (DP 150 e ss.):

— proclamação da Boa Nova, catequese bíblica e celebração litúrgica;

— unidade e organicidade da pastoral de conjunto;

— pastoral urbana e criação de novas estruturas eclesiais;

— recrutamento de novos agentes de pastoral e valorização dos leigos, etc.

A lista poderia continuar. Mas este trabalho se revela logo estéril. A multiplicação de prioridades elimina o próprio conceito de prioridade. A justaposição de opções pastorais diferentes, sem hierarquização ou sem estratégia, só faz deixar as coisas como estão ou até aumenta a confusão.

É preciso, então, aprofundar a análise de Puebla e encontrar um critério que nos oriente.

2. O critério nos é sugerido pelo próprio método de Puebla. Todo o Documento e cada uma de suas partes estão baseados no Ver — Julgar — Agir. Também na última parte (DP 1307), esse método é recomendado e descrito como “metodologia de análise da realidade, para depois refletir sobre essa realidade do ponto de vista do Evangelho e optar pelos objetivos e meios mais aptos e fazer deles um uso mais racional na ação evangelizadora”.

A partir da análise da realidade, feita pelos Bispos em Puebla, e das respostas (ou opções) pastorais por

eles mesmos formuladas, pareceu-nos possível traçar o seguinte quadro:

Para melhor compreensão, este quadro exige breve comentário. Examinaremos especialmente a SITUACÃO e as RESPOSTAS PASTORAIS. Sobre a reflexão teológica, que serve de ponto entre um e outro lado, voltaremos mais adiante.

2.1. — A situação

Apesar de reconhecer certos aspectos positivos e certos progressos na situação latino-americana dos últimos anos (DP 15-23), os Bispos em Puebla estão sobretudo angustiados:

“Vemos, à luz da fé, como um escândalo e uma contradição com o ser cristão, a brecha crescente entre ricos e pobres. O luxo de alguns poucos converte-se em insulto contra a miséria das grandes massas. Isto é contrário ao plano do Criador e à honra que lhe é devida. Nesta angústia e dor, a Igreja discerne uma situação de pecado social...” (DP 28).

A constatação de um conflito estrutural grave entre a “crescente riqueza de alguns poucos” e a “crescente miséria das massas” (DP 1209) torna-se o ponto focal da análise da realidade e o ponto de partida da busca das opções da Igreja em muitos capítulos do DP (cf. 30, 47, 71, 138, 452, 1154, 1207, 1208, 1257).

Dez anos após Medellín, Puebla verifica que a situação relativa dos

ANÁLISE DA SITUAÇÃO

JUÍZO GLOBAL: a situação piorou para os pobres, o que é um escândalo para os cristãos

REFLEXÃO À LUZ DA FÉ

Cristo



Igreja



Homem

OPÇÕES PASTORAIS

RESPOSTA: a Igreja deve promover a COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO nela mesma e na sociedade

PROBLEMAS

RESPOSTAS

ECONÔMICOS

— Sistema econômico que gera, ao mesmo tempo, **CONCENTRAÇÃO DA RIQUEZA** e **GENERALIZAÇÃO DA POBREZA**, com seus corolários: fome, desemprego, falta de moradia e de escola, saúde precária...

— Denúncia do sistema econômico

— Opção pelos pobres (ou empobrecidos e injustiçados).

POLÍTICOS

— Regimes autoritários ou de força, opressivos, que mantêm seu poder pela repressão (tortura, terror) e restringem a participação social e política do povo.

— Ideologias que justificam a violação dos Direitos Humanos e a violência.

— Denúncia do sistema político

— Autonomia 'profética' da Igreja

— Incentivo à participação popular através das CEBs.

— Defesa dos Direitos Humanos

CULTURAIS

— Dominação ou destruição das culturas indígena e popular.

— Difusão pelos MCS de uma cultura de massa "importada".

— Valorização da cultura indígena e popular.

— Valorização da religiosidade popular.

pobres piorou e que a distância entre ricos e pobres se tornou maior (4). Esta situação, analisada mais a fundo, revela "que esta pobreza não é uma etapa casual, mas sim o produto de determinadas situações e es-

truturas econômicas, sociais e políticas" (DP 30).

2.1.1 — A situação econômica pode ser descrita através de seus efeitos: desemprego ou marginalização, fome, enfermidades crônicas,

analfabetismo, migrações forçadas e sem proteção (DP 29), de um lado, e concentração da riqueza, luxo, progresso econômico (DP 21, 28, 1208), do outro lado. Pode também ser analisada em suas causas, como produto da “vigência de sistemas econômicos que não consideram o homem como centro da sociedade, nem realizam as profundas mudanças que se fazem necessárias, para a construção de uma sociedade justa” (DP 64). Entre as mudanças necessárias — e proteladas! — destacam-se as reformas estruturais na agricultura (DP 68). Adverte-se também que a situação interna de nossos países depende, “em muitos casos”, de mecanismos internacionais, que produzem ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres” (DP 30).

2.1.2 — O agravamento da distância ricos/pobres, ou seja, da injustiça social, não está dissociado do quadro **político**, cuja deterioração nos últimos anos está comprovada “com grave prejuízo da participação dos cidadãos na condução do seu próprio destino” (DP 46). Esta deterioração é descrita como abuso do poder, típico dos regimes de força, e como, repressão sistemática ou seletiva, acompanhada de delação, violação da privacidade, de pressões exageradas, de torturas, de exílios; insegurança total; justiça submissa ou manietada; guerrilha, terrorismo e seqüestros; ausência de participação social; controle e limitação dos sindicatos dos trabalhadores (não dos patrões) (DP 42-44).

Por sua vez, essa deterioração — que pode ser chamada de “violência” de “injustiça institucionalizada” (6) — não seria possível sem justificção ideológica. Particularmente as ideologias da Segurança Nacional têm contribuído para fortalecer o caráter totalitário dos regimes e alimentar o abuso do poder, até em nome de uma subjetiva “profissão de fé cristã” (DP 49). Também as ideologias marxistas “incrementam a espiral da violência” (DP 48), enquanto as ideologias liberais legitimam a concentração da riqueza, a prioridade do capital sobre o trabalho, do econômico sobre o social (DP 47).

A análise crítica da situação política e das ideologias é completada numa secção do capítulo sobre Evangelização (particularmente DP 507-510, sobre a situação política, e 535-550, sobre a crítica das ideologias).

2.1.3 — Também os aspectos “culturais” da situação latino-americana são analisados. Também neste campo há muito a lamentar. “Infelizmente, o desenvolvimento de algumas culturas é muito precário. Na prática se desconhecem, se marginalizam e até se destróem valores pertencentes à antiga e rica tradição do nosso povo” (DP 52).

Apesar de um início de revalorização das culturas autóctones (DP 19 e 52), predominam a influência externa e os valores importados, especialmente nos meios de comunicação social de massa (DP 53, 62, 1069, 1072). A conexão cultura, ideologias e meios de comunicação social é reconhecida (418-419,

1069). As atuais mudanças culturais são objeto de uma longa análise em função da evangelização (DP 408-443).

2.2 — A resposta

Face à situação que acabamos de constatar, qual é o projeto da Igreja?

Face a uma sociedade que vê aumentar a distância, a divisão, a discriminação entre seus membros, a Igreja propõe um ideal de **COMUNHÃO**: comunhão fraterna, que tem como raiz a nossa filiação divina, a comunhão com o Pai; comunhão do bem mais precioso de todos, que é a própria vida de Deus, mas que também exige (e se expressa em) comunhão dos bens espirituais e materiais necessários à vida do homem (6).

Face a uma sociedade que marginaliza e exclui amplas faixas da população, e mesmo maioria de seus membros, a Igreja propõe um projeto de **PARTICIPAÇÃO** ativa e responsável de todos na edificação de uma sociedade justa e fraterna. O “projeto” da Igreja é **escatológico**. Não é um projeto meramente humano, mas a concretização de um desígnio de Deus. No fundo, “Comunhão e Participação” é uma fórmula que condensa e traduz para o nosso tempo e nosso contexto o anúncio de Jesus relativo ao “Reino de Deus” (7).

Em Jesus, porém, o Reino de Deus deixa de ser unicamente

uma realidade final e transcendente. Já se torna presente entre nós, já exerce uma função crítica de nossa história. É preciso, pois, que “Comunhão e Participação” se transformem em critério ético-crítico para julgar a nossa situação e se concretizem em iniciativas históricas, que se esforcem por realizar algo do Reino de Deus aqui e agora (9).

Quais são essas iniciativas que a Igreja resolve tomar, para cumprir com sua missão e promover a “comunhão e participação” entre os homens?

2.2.1 — Diante da situação econômica (cf. 2.1.1), a Igreja se sente chamada a **denunciar o sistema econômico**, gerador da pobreza crescente e da injustiça estrutural (cf. DP 64, 92, 160, 1136, 1160, 1268). Mas a denúncia não basta, nem terá credibilidade, se a Igreja não fizer a **opção pelos pobres**, “exigida pela escandalosa realidade dos desequilíbrios econômicos da América Latina” (DP 1154) (9).

2.2.2 — Diante do quadro político (cf. 2.1.2), a Igreja se sente também chamada não só à **denúncia dos abusos** e das violações dos direitos humanos (DP 92, 146, 1268, 1269, etc.), mas também à crítica das **ideologias** que justificam esses atos (DP 42, 48, 49, 92, 535-557, 1197...)

Condição para esta denúncia é a **autonomia “profética” da Igreja** (DP 144, 1212-1213), ou seja, sua desvinculação do poder, sua renúncia aos privilégios e o exercício

do seu direito à palavra de “anúncio e denúncia em sentido evangélico”.

Além da denúncia, a Igreja estimulará a participação dos seus membros na edificação da sociedade livre e justa. Isto implica numa **participação** (diferenciada segundo os papéis específicos de cada um — cf. DP 524-530) dos membros da Igreja na **política**, segundo uma necessidade que brota “do mais íntimo da fé cristã” (DP 516) e de tal modo que essa participação se possa tornar uma “forma de dar culto ao único Deus” (DP 521).

A participação popular no campo social e político será incentivada

especialmente através das **Comunidades Eclesiais de Base** (cf. DP 69, 239, 629, 640).

Enfim, Puebla traça um amplo programa de defesa dos Direitos Humanos e de “ação em favor da pessoa na sociedade nacional e internacional” (veja todo o cap. 4º da IV parte, nº 1254-1293, e o nº 1223, que inspira parte do cap. 3º da IV parte do DP).

2.2.3 — No plano **cultural** (cf. 2.1.3), a Igreja se coloca em atitude de defesa e promoção da cultura do povo (cf. por ex. 413-414, 425-428, 1043, 1062, 1071, 1094) e de reconhecimento e assunção da religiosidade popular (DP 444-469, mas também 7, 172, 283, 895, 910-913).

SEGUNDA PARTE COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO

3. O quadro que acabamos de apresentar e comentar, como síntese do DP, pode sofrer reparos. Temos consciência de alguns. Por exemplo, poder-se-á perguntar: onde estão as “opções pastorais” relativas à juventude, à família, à mulher, às vocações?

Nossa resposta é simples. Não se trata de minimizar a importância dessas opções, que tem inegavelmente um lugar de relevo nas conclusões de Puebla, mas de situá-las.

A “opção preferencial pelos jovens”, por exemplo, tem um ponto de partida na análise da realidade, naquele parágrafo meio isolado no final do cap. 2º da I parte (DP 71),

que constata um acelerado crescimento demográfico e que “é jovem a maioria de nossa população”. Mas o motivo principal da opção é “por ser (a juventude) verdadeira dinamizadora do corpo social e especialmente do corpo eclesial” (DP 1186). Em que perspectiva os jovens devem dinamizar a Igreja e a sociedade? na linha da “comunhão e participação”, isto é, na linha daquelas respostas que reunimos em nosso quadro-síntese do DP. De fato, essas respostas reaparecem no capítulo da “opção pelos jovens”. Basta ler os nº 1188-1205 do DP para reencontrar a opção pelos pobres, a participação social e política, a crítica das ideologias, tudo isto numa perspec-

tiva de evangelização e sustentado por uma espiritualidade cristocêntrica (1194) e mariana (1195).

A mesma coisa deve ser dita da ação pastoral para promoção da família (DP 590-616) e da mulher (834-846). Esta ação poderá ser concebida abstratamente, fora das condições históricas da América Latina? Será viável e eficaz uma ação pastoral que, por acaso, tente ignorar a situação econômico-social e cultural que Puebla analisa e à qual responde com as diretrizes pastorais que já vimos?

Talvez seja mais séria a objeção de que nosso quadro-síntese ignora a parte doutrinal de Puebla e tudo (ou quase) que propõe para a renovação interna da Igreja. Isto é verdade, em parte, inclusive pelas limitações de tempo que nos afligem. Mas o essencial da II e III parte está na proposta da "Comunhão e Participação". Aprofundando esse tema, teremos terminado nossa tarefa.

4. A fórmula mais abrangente é "Libertar para a Comunhão e Participação". Mesmo que não tenha prevalecido claramente no DP, é dela que devemos partir, porque ela está à origem da fórmula mais breve e predominante: "Comunhão e Participação".

A história da fórmula não nos é inteiramente conhecida, mas possuímos ao menos alguns dados seguros (10). Parece ter sido pensada para superar um previsível impasse ao redor do tema da "libertação", objeto de grande controvérsias. Procura acentuar a **liberdade para** em lugar

da **liberdade de**, ou seja, o destino e a dignidade do homem mais do que sua luta contra o que o torna dependente escravo (11).

Talvez também tenha influenciado na escolha da fórmula a vontade de acentuar que a própria libertação histórica e concreta do homem se faz pelos moldes ou critérios da comunhão e participação (e não segundo uma outra perspectiva, que acentua o papel do conflito como motor da história).

De qualquer forma, o levantamento do vocabulário do DP mostra a predominância, ao menos quantitativa, do tema da "Comunhão e Participação" sobre o da "Libertação" (12). Estudaremos, então, um pouco mais, "comunhão" e "participação".

4.1 — Comunhão

O termo "comunhão" expressa, antes de tudo, a própria vida trinitária, a relação de perfeita comunicação e partilha de "bens" que existe entre as Pessoas divinas (DP 212).

Esta comunhão é participada, em Cristo e pelo Espírito Santo, aos homens (DP 213). Em Cristo, o homem tem acesso à **comunhão filial** com o Pai, que é fonte da **comunhão fraterna** com os outros homens (cf. DP 326-327) (13).

No nível histórico, a comunhão se realiza especialmente na Igreja. A expressão tradicional "comunhão eclesial" volta com grande frequência (cf. DP 378, 470, 636, 637, 655, 667, 688, 753, 765, 918, 923, 939).

Mas também se torna exigência de transformação da sociedade no sentido da justiça e da fraternidade. Além do que já foi dito acima a respeito disto (cf. item 2.2.), vamos citar só um texto, que não só menciona as diversas dimensões da “comunhão”, mas as articula muito claramente:

“O amor de Deus que nos dignifica radicalmente se faz necessariamente comunhão de amor com os outros homens e participação fraterna; para nós, hoje em dia, deve tornar-se sobretudo obra de justiça para com os oprimidos, esforço de libertação para quem mais precisa. De fato, “ninguém pode amar a Deus a quem não vê, se não ama o irmão a quem vê” (1 Jo 4,20). Todavia, a comunhão e participação verdadeiras só podem existir nesta vida projetadas no plano bem concreto das realidades temporais, de tal modo o domínio, o uso e a transformação dos bens da terra, dos bens da cultura, da ciência e da técnica se vão realizando em um justo e fraterno domínio do homem sobre o mundo, tendo-se em conta o respeito da ecologia. O Evangelho nos deve ensinar, em face das realidades em que vivemos imersos, que não se pode, atualmente, na América Latina, amar de verdade o irmão nem, portanto, a Deus, sem que o homem se comprometa em nível pessoal e, em muitos casos, até em nível estrutural, com o serviço e promoção dos grupos humanos e dos estratos sociais mais pobres e humilhados, arcando com todas as conseqüências que se seguem no plano destas realidades temporais” (DP 327) (14).

4.2 — Participação

O termo “participação” foi escolhido para indicar o caráter ativo, dinâmico, de convocação para a missão e a corresponsabilidade, da mensagem cristã (15).

A participação na sociedade (participação que faz parte do desígnio de Deus sobre o homem!) é descrita de forma incisiva e pormenorizada como:

— participação política e social (DP 18,44);

— participação fraterna e corresponsável (56-57, 267);

— participação livre nas opções políticas, sindicais, etc. (135);

— participação nos frutos da produção e do progresso técnico e científico (136), nos resultados do desenvolvimento (549), nos bens e serviços (1271);

— participação no destino da sociedade, com as mesmas oportunidades e ônus eqüitativamente distribuídos (503);

— participação plena nos processos decisórios, nas decisões que concernem à sua vida e futuro (1045, 1162) e na eleição dos governantes (135);

— participação em todos os níveis, que corresponda às aspirações de maior igualdade, justiça e participação (1207, 1208).

A participação na Igreja é vista sobretudo como participação dos leigos ou participação na liturgia. Insiste-se na participação dos leigos na **missão** da Igreja, mas o acento está sobre a execução das tarefas e raramente sobre a participação nas

decisões. A exceção é constituída pelo nº 808 do DP que declara:

“A participação do laicato requer-se, não só na fase de execução da pastoral de conjunto, mas também na planificação e nos mesmos organismos de decisão” (16).

De outro lado, afirma-se que “cada comunidade eclesial deveria esforçar-se por constituir... um exemplo... onde consigam unir-se a liberdade e a solidariedade..., onde se ensaiem formas de organização e estruturas de participação, capazes de abrir caminho para um tipo mais humano de sociedade...” (DP 273).

Aqui está o desafio posto conscientemente por Puebla: a Igreja deve ser exemplo (modelo?) de comunhão e participação para a sociedade. Mas Puebla sabe indicar realmente os caminhos para isto? Apesar de toda a III parte do DP, dedicada a renovar internamente a Igreja na linha da “Comunhão e Participação”, parece-me lícito levantar uma dúvida quanto à eficácia e à coerência das propostas. As atuais formas de participação do laicato na Igreja ou de participação na liturgia não são um modelo viável de participação na sociedade atual. A Igreja deve renovar-se profundamente, se quiser ser modelo de participação e comunhão. O que vale dizer: se

quiser evangelizar, se quiser anunciar o Reino (o desígnio) de Deus aos homens de hoje.

CONCLUSÃO

Puebla parece, num certo sentido, dividida entre uma busca da unidade eclesial (que pressupõe a recuperação da “identidade” cristã um pouco perdida numa época de pluralismo e de crise da instituição) e a exigência de uma presença missionária ou de serviço na sociedade. Isto explica as diversas tendências e opções (algumas mais voltadas para o reforço ou a renovação interna da comunidade eclesial — veja a III parte do DP; outras voltadas para o serviço do mundo e a transformação da sociedade — veja a IV parte do DP). A própria fórmula “comunhão e participação” poderia ser interpretada assim: o reforço da unidade, de um lado (“comunhão”); o empenho no mundo, do outro (“participação”) (17).

O essencial é não opor as duas tendências como antagônicas, mas recolocá-las no seu lugar. A Igreja existe para evangelizar, para servir. A exigência da unidade só tem sentido enquanto contribui para colocar mais plenamente a comunidade cristã a serviço do Evangelho no mundo.

NOTAS

(1) Segundo a edição oficial e definitiva, que citamos. A edição provisória (Ed. Paulinas, S.P., março de 1979) estava dividida em 1969 parágrafos. (2) Provavelmente por falta de tempo. Esta é, ao menos, a explicação que foi dada

verbalmente por Dom. Luciano Mendes de Almeida, um dos membros da comissão de articulação de Puebla. — Esta resenha das “opções prioritárias” de Puebla já está em meu artigo **Pistas para iniciar o estudo do Documento de Puebla**, “Atualização”, nº 111/112, março-abril de 1979, p. 99-107. (3) Neste

parágrafo sobre a "Civilização do Amor" se podem reconhecer os temas dos capítulos 3º (Construção da Sociedade Pluralista e 4º (Ação pela Pessoa na Sociedade Nacional e Internacional) da IV parte do DP. (4) Puebla não cita dados. O recente documento da CNBB "Subsídios para uma política social" (de 30.8.1979 — cf. "Estudos da CNBB" nº 24, Ed. Paulinas, 1979 cf. p. 8-9) fornece algumas indicações para o Brasil. Em 1960, os 50% mais pobres participavam de 17,71% da renda nacional e os 20% mais ricos, de 54,35%. Em 1976, os 50% mais pobres estão com 11,8% e os 20% mais ricos, com 67%. De outro lado, a renda média dos 5% mais ricos, que era 17 vezes maior que a renda média dos 50% mais pobres em 1960, passou para 3 vezes em 1976. Estes dados se referem à população economicamente ativa. Segundo dados do IPEA, transcritos pela revista "Veja" de 18.7.1979, p. 89, os 50% mais pobres (de toda a população) participavam de 10,7% da renda nacional em 1960 e de 9,7 em 1976, enquanto os 10% mais ricos passavam, no mesmo período, de 45,4% para 54,0%. (5) O DP 46 fala de "injustiça que se pode chamar de institucionalizada" e cita, em nota, o documento de Medellín sobre a Paz, nº 16. Aqui o texto original fala em "situação de injustiça que pode chamar-se de **violência** institucionalizada" (grifo nosso). (6) Sobre o tema da "comunhão e participação", veja abaixo o item 4 da nossa exposição. Por enquanto, baste ressaltar que a fórmula surge como **resposta incisiva a uma situação** de divisão, discriminação e marginalização. Citamos um ativo participante de Puebla: "Em vez da Comunhão, da unidade que o Senhor veio tornar possível, predominam em nossa realidade a discriminação, a separação, a desunião. Discriminação social, cultural, econômica, política. Em lugar da Participação, do acesso aos bens que Deus criou e o homem produz, predomina a marginali-

zação: milhões de irmãos nossos que vivem à margem dos bens materiais criados para todos, à margem dos bens espirituais, mas também à margem do bem supremo que é Cristo. Ao ver a América Latina, Puebla encontra milhões de seres humanos que vivem situações de opressão, injustiça, sofrimento, em cujo rosto se reflete a face dolorosa do Cristo. Não brilhou para eles a alvorada da ressurreição, na medida em que esta pode acontecer na terra, através de uma vida mais justa, mais humana e, conseqüentemente, mais cristã. Em síntese, Comunhão e Participação se tornam, de ponta a ponta no Documento de Puebla, luz para ver, critério para julgar, norma para agir. Cristo é o único caminho que se abre rumo à participação na comunhão com Deus e com os homens; a Igreja, o sacramento de comunhão e participação; o homem, anseio de comunhão e participação. Enfim, a Comunhão e Participação como dois princípios que configuram o ser e o agir eclesiais, quer dizer, os centros, os agentes, os meios da Evangelização" (**Teocomunicação**, nº 44, 1979/2, p. 272-273). (7) Esta identificação de "Comunhão e Participação" com a mensagem do Reino de Deus pode ser comprovada: 1) pela posição que o tema da "Comunhão e Participação" ocupa no DP, no interior do capítulo sobre Cristo, após se expor a ação do Cristo glorioso pelo Espírito e se descrever a "consumação do desígnio de Deus" (cf. DP 211-219 e os parágrafos que os antecedem); 2) pela equivalência do conteúdo; 3) pelo testemunho de participantes de Puebla. Cf., por ex., D. Jaime Chemello: "a Boa Notícia do Reino recebeu o enfoque da comunhão e da participação" (**Teocomunicação**, nº 44, 1979/2, p. 144). (8) Esta perspectiva foi desenvolvida particularmente por J. B. LIBÂNIO S. J., no artigo de "Convergência" (nº 121, abr. 1979, p. 161-171): **Puebla: Comunhão e Participação**. Outro enfoque do tema (mas, a meu ver, muito limitado,

talvez porque baseado unicamente na III parte do DP) é o de Dadeus GRINGS, **Dinamismo em Puebla, (Teocomunicação**, nº 44, 1979/2, p. 201-221). (9) Não insistimos sobre este tema, que já foi amplamente estudado. Note-se, porém, que o tema é central e que serviu de eixo para a interpretação de Puebla e sua aplicação nos trabalhos da CRB nacional e da CNBB (cf. especialmente o novo "Objetivo Geral" das Diretrizes de Ação Pastoral da CNBB para 1980-81, já aprovadas e publicadas no nº 15 da coleção "Documentos da CNBB" (Ed. Paulinas, 1979). (10) A fórmula "libertar integralmente para a plena comunhão da vida fraterna dos homens entre si e a comunhão filial dos homens com Deus Pai" aparece no nº 76 dos "Subsídios para Puebla" (Itaici, Assembléia Geral da CNBB, 18-25.4.78) (cf. **Documentos da CNBB**, nº 13, Ed. Paulinas, p. 21). — O card. Aloísio Lorscheider apresenta os princípios de "comunhão e participação para chegar à verdadeira e autêntica libertação" como sempre presentes no "Documento de Trabalho" (redigido em julho-agosto de 1978) (cf. a Conclusão do Discurso de Dom Aloísio na abertura da Conferência de Puebla, 29.1.1979). — Cf. ainda o breve depoimento de Dom Jaime CHEMELLO em "Teocomunicação", nº 44, 1979/2, p. 144: "Foi particularmente por influência do episcopado brasileiro que a "Boa Notícia do Reino" recebeu o enfoque da comunhão e da **participação**" (grifo do Autor). (11) Leonardo BOFF não acentua o contraste entre o conceito de libertação de Medellín e o de Puebla, que vê ambos na linha da "libertação integral" de todo o homem, enquanto preferiria um conceito mais restrito, de libertação da dependência econômica e política. Cf. L. BOFF, **A Libertação em Puebla**, em "Puebla: Análise, Perspectivas, Interrogações" (Ed. Paulinas, 1979), p. 35-58. Trata-se de uma colocação muito lúcida e muito rica, que aconselhamos vivamente. (12) Do ponto de vista qua-

litativo, seria necessário um exame mais aprofundado, uma comparação mais pormenorizada dos dois temas. L. Boff (no artigo citado na nota anterior) procura mostrar que a libertação é um eixo "que corre de ponta a ponta todo o documento" de Puebla (p. 42) e indica quatro manifestações maiores do interesse de Puebla para com a libertação: 1) o método; 2) a ênfase sobre a dimensão social e política da fé; 3) o tratamento específico da temática da libertação (DP 480-490; 4) a tentativa de articular as diversas dimensões da libertação (libertação histórica X salvação em Cristo) cf. *ibid.*, p. 43-46). — Para o levantamento do vocabulário, veja, em apêndice, o quadro anexo, que já comentei em "Atualização", nº 115/116, no artigo: "Comunhão e Participação. Como Puebla usa suas palavras-chaves". (13) Nestes mesmos parágrafos, acena-se para uma terceira relação fundamental do homem: a relação com as coisas, com a natureza. Esta terceira dimensão porém, não se expressa mais, com a linguagem da comunhão e sim como "domínio" ou "senhorio" do homem sobre o mundo. (14) Frei G. S. Gorgulho classificou esse texto como "talvez o mais profundo de Puebla". (15) Cf. o depoimento de D. Jaime CHEMELLO, já citado, em "Teocomunicação", nº 44, 1979/2, p. 144: "A palavra **participação** tem uma conotação dinâmica, não passiva, no processo de comunhão, e expressa uma convocação que dá ao povo lugar e missão..." (16) Também da mulher se diz que deve participar "em organismos de planejamento e coordenação pastoral", mas se evita a palavra "decisões" (cf. DP 845). (17) Cf. Cleto CALIMAN, **Puebla. Uma Igreja a serviço da Comunhão e Participação** (Inspeccoria S. João Bosco, 1979), p. 12-14. — Esta interpretação me parece válida quanto à substância ou ao espírito de Puebla, mas não tem base sólida na letra do DP.

BIBLIOGRAFIA

Utilizamos a seguinte bibliografia:

(1) Cleto CALIMAN, SDB, **Puebla, Uma Igreja a serviço da Comunhão e Participação**. Publicação interna da Inspeção de São João Bosco, Padres Salesianos. Belo Horizonte, MG, Ano 1979. Páginas 29. (2) Os artigos publicados na revista **CONVERGÊNCIA** da CRB, desde março de 1979 que refletem também a atividade da Equipe de Reflexão Teológica da CRB (Leonardo Boff, J. B.

Libânio, Rogério de Almeida Cunha, etc.). (3) Os textos de colaboradores do Instituto Nacional de Pastoral, utilizados no Curso sobre Puebla promovido em Brasília (de 23/7 a 4/8 de 1979). (4) O volume coletivo **Puebla, Análise, Perspectivas, Interrogações**, aos cuidados da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Edições Paulinas, São Paulo. Ano 1979. (5) O número 44 da revista **TEOCOMUNICAÇÃO** do IRCR da PUC/RS, 1979/2. (6) Os artigos sobre Puebla publicados recentemente em **ATUALIZAÇÃO**, Belo Horizonte.

O RELIGIOSO LEIGO NUMA ORDEM CLERICAL

Dada a atualidade do tema: "O religioso leigo numa ordem clerical", pensamos que o caso concreto da vocação do irmão jesuíta, poderá ser elucidativo para outras Ordens e Institutos que conhecem e vivem situações análogas.

Pe. Francisco Taborda S.J.

Porto Alegre, RS

Teologicamente o carisma da vida religiosa é um carisma por si, não unido ao carisma do ministério. Ser religioso tem sentido teológico em si mesmo, independente de ser padre: a vocação de testemunhar na Igreja os valores escatológicos e sua superioridade sobre os valores humanos mais altos. Parte-se, portanto, do pressuposto de que tem sentido ser religioso. A questão que surge é: qual o sentido hoje de ser irmão jesuíta ou seja: religioso numa ordem clerical? Ou, de outra forma: por que a Companhia hoje ainda pode e deve ter religiosos leigos e qual sua função no corpo da Companhia? (1).

I

O primeiro carisma concebido por Deus a Santo Inácio em sua conversão foi o da vida na seqüela de Cristo. Era uma vocação sua, pessoal, inicialmente sem explicitação apostólica e sem pretensão de expandir-se em imitadores. Era ela mesma imitação dos grandes santos do passado. Isto significou para Inácio primeiramente pobreza e castidade. Nesse sentido vai seu voto em Aránzazu e o despojamento de Mont'serrat bem como a vida de penitência em Manresa. Imitar a Cristo apaixonadamente amado. Para tanto basta a atitude "religiosa" de pobreza e castidade.

Entretanto logo em seguida Inácio sente a necessidade de transmi-

tir aos outros o que descobrira, ou ajudar os outros a descobrir algo de sua descoberta. É o que chamou de “ajudar as almas.” Ele não vê inicialmente contradição entre seu primeiro e seu segundo carisma. Assim procura em tudo “ajudar as almas” e é isso que o leva a mudar de hábitos pessoais (cortar os cabelos e unhas etc.). Nessa mesma perspectiva vai sua primeira decisão de estudar. A vocação sacerdotal de Inácio parece surgir apenas depois de verificar que, nas circunstâncias de seu tempo, era impossível “ajudar as almas” conforme as luzes que Deus lhe dera, sem formação teológica universitária. Mais tarde ainda, concluirá que a “ajuda às almas” exige a reforma do clero iniciada pelo exemplo de “sacerdotes reformados” (primeiro nome com que os companheiros são conhecidos) (2).

O seguinte passo é o recurso ao Papa como árbitro da vontade de Deus para saber onde atuar como “sacerdotes reformados” para maior bem das almas (razão e origem do “quarto voto” da Companhia: obediência especial ao Papa quanto às “missões”).

A Companhia como tal surge da deliberação dos primeiros padres antes de se dispersarem por força da primeira missão do Papa e se traduz pela adoção do voto de obediência que os deveria manter unidos entre si. A Companhia nasce assim como um grupo de “sacerdotes reformados” que se querem manter unidos como “amigos en el Señor”. No momento de fundar a Companhia, Santo Inácio já fora, portanto,

agraciado por Deus com o carisma do ministério para “ajudar as almas”.

O carisma não é algo desligado, desencarnado. Para ajudarem as almas como pretendiam, os primeiros companheiros — nas circunstâncias de então — **tinham** que ser padres.

Mais ainda: “para o maior serviço divino” a que Inácio aspirava com a fundação da Companhia era preciso que fossem dotados de qualidades excelentes. Assim se apresenta para o fundador a imagem ideal do professor. Entretanto, tais pessoas são escassas, enquanto as necessidades urgentes da Igreja estão a exigir grande número de operários da messe. De fato, apresentavam-se à Companhia pessoas boas, mas dotadas de menor talento que o exigido para ser professor. Sua incorporação à ordem possibilitaria estender mais a influência da Companhia. Assim Inácio adota uma solução nova na Igreja: a Companhia deveria comportar professores e coadjutores (3) e estes, por sua vez, poderiam ser padres ou leigos (4). Sua função era ajudar a Companhia (professa) para que se pudesse dedicar mais e com maior fruto a seus ministérios (5).

A grande novidade da invenção inaciana não estava na criação do coadjutor temporal, pois este as ordens tradicionais já conheciam, mas na criação dos coadjutores espirituais. Entretanto, espiritual e temporal não é critério de distinção para Inácio: os coadjutores **espirituais** podem ser leigos (6), já que é perfeitamente possível que o leigo

se dedique a coisas espirituais, como, por exemplo, o ensino (7). De resto, todos devem, na visão inaciana, formar um só corpo com diversas funções (8).

Entretanto, já havia no tocante aos coadjutores temporais o precedente das ordens religiosas tradicionais. Estas conheciam junto aos padres, também irmãos leigos e religiosas. A fundação de um ramo feminino da Companhia, a que Santo Inácio foi forçado, acabou em fracasso. Não assim com os irmãos. Sendo uma ordem religiosa na época uma organização autônoma, contando com todos os serviços necessários ao funcionamento independente, era natural que não se entregassem aos padres os serviços domésticos que os desviariam do apostolado. Por outro lado, um leigo na época pouco ou nada podia fazer na ajuda direta às almas (ou só com muitos estorvos, como Santo Inácio experimentara em Alcalá, Salamanca e Paris). Assim nada mais natural que dividir as funções na Ordem: o apostolado direto aos padres; os serviços domésticos aos leigos, que, por estarem assim liberando os padres para o apostolado, participavam **indiretamente** do mesmo. Os leigos (e isso significava em geral: os que por falta de formação ou de talento teórico não podiam estudar teologia) assumiam assim o primeiro carisma inaciano: o do amor apaixonado a Cristo pobre e casto a quem seguiam na pobreza e castidade. Mas, uma vez que agora esse carisma já estava institucionalizado em Ordem religiosa, também o carisma da obediência que os manti-

vesse unidos no mesmo corpo com os padres. Não lhes competia obviamente o carisma da missão direta (quarto voto), já que não podiam exercê-lo nos pressupostos de então.

O crescimento da Companhia e o florescimento dos Colégios levou muitos jesuítas à especialização em atividades não especificamente ministeriais (ciências, administração, educação...), mas era novamente o fator formação e capacidade intelectual teórica que entrava em questão. O cientista, o administrador e o pedagogo não estavam diretamente na missão apostólica, mas assim era necessário dada a falta (institucional e epocal) de religiosos leigos capacitados.

II

Entretanto as circunstâncias mudaram. Os leigos hoje são forças plenamente válidas e ativas no apostolado da Igreja. Eles são também Igreja e como tais não apenas receptores passivos da salvação, mas mediadores dessa mesma salvação. Ser leigo não é mais empecilho para "ajudar as almas". Tampouco a formação é monopólio de poucos, nem sequer se restringe hoje a um âmbito limitado e teórico. Há diversos tipos de inteligência (não apenas o tipo teórico, capacitado para a teologia escolástica). Que significa isto para a tradução do carisma da Companhia em termos de atualidade?

Se o carisma jesuítico é participação no carisma inaciano, então é preciso dizer que todo jesuíta (padre, irmão e escolástico) participa do carisma do amor apaixonado ao Jesus concreto, amor que se traduz

em imitá-lo na pobreza e na castidade. Igualmente hoje já não há empecilho em que se afirme que **todos** participam do carisma da “ajuda às almas”, pois também os leigos são ativos na Igreja. Se a “missão” é atuar apostolicamente na Igreja, nada obstará que hoje também um irmão leigo fosse enviado no sentido do “quarto voto”. Por fim, a pertença a um corpo, no sentido do voto de obediência, é — isso nunca foi discutido — algo comum a **todo** jesuíta.

Com a abertura da formação, os religiosos leigos estão perfeitamente capacitados para exercer na ciência aquele papel de luminares que em outros tempos foi exercido por muitos de nossos padres. O mesmo vale da função de administradores e de educadores. Mais ainda: a exigência de dedicação completa que a ciência traz hoje consigo, quando deve ser cultivada no mais alto nível, parece antes desaconselhar seu exercício por pessoas dotadas pelo Espírito do carisma ministerial, já que a dedicação à ciência (e à educação) tira o ministro do exercício de seu carisma próprio. Isso leva a crer que a pesquisa científica, função que tanto caracterizou a Companhia no passado, deve ser hoje exercida por religiosos jesuítas leigos. E até é preciso dizer que religiosos, inicialmente destinados ao serviço ministerial, que demonstrassem inegável vocação científica, deveriam ser aconselhados a discernir sobre sua vocação ministerial para perguntar se Deus não os chama a jesuíta leigo cientista. O mesmo se diga do campo da administração e do ensino.

Mais ainda: a vocação de irmão jesuíta pode ser atualíssima hoje, se se atende à qualificação que Santo Inácio lhe dava. Santo Inácio costumava descrever a vocação do irmão como opção por ajudar a Companhia “em coisas baixas e humildes” (9). Mas essa característica que numa primeira leitura, poderia parecer a constituição de uma classe social inferior, não é, na mente de Santo Inácio, algo que distinga a vocação de irmão das outras vocações na Companhia. Antes pelo contrário, é “um modo de vida no qual se realiza especialmente um lado da vocação comum a todos” (10): o amor apaixonado a Cristo pobre e humilde que deveria levar o jesuíta a realizar-se mais plenamente no trabalho mais humilde (cf. o final de todos os Exames). No tempo de Santo Inácio, essa opção “pelas coisas baixas” traduzia-se pelos serviços manuais necessários ao funcionamento da casa e era “compensado” socialmente pelo valor sobrenatural da vida religiosa tida na mais alta estima (11).

Hoje a opção pelas “coisas baixas” deveria traduzir-se diferentemente, como solidariedade com o pobre, o operário, o que tem que lutar por seu sustento. E essa é a forma da opção da Companhia hoje, de todo jesuíta, onde quer que trabalhe (cf. CG32, decr.4). Se o irmão é aquele que mais especialmente realiza esse aspecto da vocação jesuítica e esta vocação é apostólica e hoje não tem porque não ser **diretamente** apostólica, será preciso dizer que o típico da vocação do irmão jesuíta hoje, enquanto se de-

dica a "ofícios humildes", seria encarnar-se no meio operário. Essa experiência direta do irmão, até como operário não qualificado, sua participação na luta sindical, traria para a comunidade jesuítica uma contribuição valiosa, para que também os demais membros realizassem a opção de solidariedade com os pobres.

III

O mal entendido da distinção de jesuítas plenos (padres) e jesuítas plenos, sim, mas não tão plenos (irmãos) provém da concepção pós-tridentina, anti-protestante e sacerdotalista do ministério. Se o padre é ontologicamente superior ao leigo, se ele é o "pagé" que conhece como aplacar a divindade, se ele é o consagrador, então evidentemente que o leigo é um cristão (e, portanto, também um religioso) de segunda categoria. Então só o padre é propriamente Igreja. Então o padre mesmo precisa ser cientista para que se mostre que não há incompatibilidade entre fé e ciência e para que ele efetue a mediação entre Deus e a ciência etc. No momento em que se reconhece que o ministério é uma

função na Igreja e que a Igreja como todo é o corpo sacerdotal, então não tem maior sentido que o ministro se dedique a algo (como a pesquisa científica, a administração) que lhe tira a possibilidade de exercer o ministério ou vice-versa. Então é perfeitamente válido que o carisma inaciano seja participado por ministros e por leigos que são igualmente jesuítas (da mesma forma que ministros e não ministros são igualmente cristãos). E não há razão teológica para considerar os segundos como jesuítas de segunda classe, pois tampouco os não-ministros são cristãos de segunda classe.

Desta forma os irmãos realizariam muito mais o **laical** na vocação da Companhia. A eles competiria toda atividade da Companhia (mesmo a mais tradicional como ensino e administração dos colégios) que não exigisse necessariamente o carisma ministerial (12).

Nem por isso a Companhia deixaria de ser um "corpo sacerdotal". Como a Igreja é um corpo sacerdotal, embora nela sejam comparativamente pouquíssimos os membros ornados do ministério sacerdotal (13).

NOTAS

(1) Sobre o assunto veja-se Alois GRILLMEIER: **Concepto teológico de la vocación religiosa y apostólica de los H. H. Coadjutores en la Compañía de Jesús**. Em: **Congreso Internacional de Hermanos**. Villa Cavalletti (Roma), 20-30 mayo 1970. (Quaderni CIS III). Roma, Centrum Ignatianum Spiritualitatis (CIS), 1971, 99-155. Grillmeier parte do sacerdócio dos fiéis como denominador comum para padres e irmãos na Compa-

nhia. Não me parece feliz a idéia, pelo menos da forma individualista como Grillmeier a desenvolve, porque traz à tona a problemática do conceito de sacerdócio e da distinção entre sacerdócio hierárquico e sacerdócio dos fiéis. Ainda menos feliz é a idéia de desenvolver uma teologia do trabalho para fundamentar a vocação do irmão, pois tal supõe uma noção muito limitada de trabalho (identificando-o com trabalho manual) e uma perspectiva muito estreita para a

vocação de irmão (caracterizando-o pelo trabalho manual). (2) Cf. Luís de DIEGO: **La opción sacerdotal de Ignacio de Loyola y sus compañeros (1515-1540). Estudio histórico e interpretación teológico-espiritual**. Roma, CIS, 1975. Diego expõe amplamente a situação do clero no tempo de Santo Inácio, mostrando como a concepção de padre na Companhia se opõe diametralmente aos vícios do clero de então. (3) Cf. PAULO III, Bula "Exponi nobis", de 5 de junho de 1546. Em: **Monumenta Ignatiana** (MI), ser. III, t. I, 170-173. Santo Inácio: carta ao P. Paulo Camerti, de 20 de novembro de 1547. Em MI, ser. I, t. I, 642-643. (4) Além dos textos indicados na nota anterior, cf. Ex. Geral 13 ("A segunda categoria compõe-se daqueles que são recebidos como **Coadjuutores** para o serviço divino e auxílio da Companhia nas coisas espirituais ou temporais"). Ex. Geral, cap. VI ("outro exame só para os coadjutores", onde são vistos, portanto, como um só grau). Const. 511 (falando dos coadjutores formados como um grau na Companhia, S. Inácio não distingue entre coadjutores espirituais e temporais). (5) Cf. Ex. Geral 13 ("auxílio da Companhia"), 112 ("para ajudar, podem ajudar", 113 e 114. Também os textos citados na nota 3. (6) Cf. Jacques CHARMET: **Der Bruder in der Gesellschaft Jesu. Ursprung und Entfaltung des Brudersberufes in der Gesellschaft Jesu — 1140-1165**. München, manuscrito mimeografado, p. 17. (7) Cf. ID., *ibid.*, p. 57. Cf. João POLANCO: MI, ser. III, t. I, 171, nota 2 (nota de Polanco à margem da bula "Exponi nobis", onde observa que nada obsta que o coadjutor temporal se dedique a ministérios espirituais como "ler"). Também no mesmo sentido: **Dubiorum series tertia** (1547-1548), *ibid.*, p. 313; **Dubiorum series quarta**, n. 95-96, *ibid.*, p. 238. Ex. Geral 112 (prevê a possibilidade de coadjutores temporais "com letras ou sem elas"), 114 ("não obstante poderem ocupar-se em coisas mais importantes"). Cf. G. de CEBALLOS: "De-

sarrollo histórico del hermano coadjutor en la Compañía de Jesús. Apostila de 18pp., p. 4. (8) Por isso para Santo Inácio o termo Companhia admite diversos sentidos, conforme sua multiplicidade de membros (cf. Const. 510 e 511). Por isso também, conforme o testemunho do P. Gonçalves da Câmara, Santo Inácio não queria que os jesuítas se chamassem mutuamente pelos títulos, seja padre, seja irmão, mas só pelos nomes. Cf. **Memorial do P. Gonçalves da Câmara**, anotações do dia 18 de fevereiro de 1555: MI, ser. IV, t. I, p. 222: "Al Padre no le parece se deue de llamar Padres ny Hermanos, porque assy como le parece bien no tenermos hábitos diferentes, lo mismo deuemos de seguir en el modo de hablar. (. . . .) Y tocava su reverencia que se podria dezir: vno de los nuestros, vno de la Compañía, vno sacerdote, vno layco; y lo demás por sus nombres!" E conta como esse costume era antigo, com exemplos de Inácio, Araoz e Fabro. (9) Cf. Ex. Geral 13 (referindo-se a coadjutores em geral), 114 ("pertence mais [aos coadjutores temporais] exercitarem-se em todos os serviços baixos e humildes que lhes forem mandados"). Const. 148 ("coisas temporais ou exteriores"). Cf. Carlos M. de MELO: **La mente de Santo Ignacio acerca del oficio especial de los hermanos coadjutores: "para ayudar en las cosas exteriores o temporales"**. Em: **Congreso Internacional de Hermanos** (ob. cit. na nota 1), 156-163. (10) Jacques CHARMET: ob. cit. na nota 6, p. 27. (11) Cf. Ignacio IPARRAGUIRRE: **Formación de los hermanos en la antigua Compañía**. Em: **Congreso Internacional de Hermanos** (obra citada na nota 1), 220-229 (especialmente 231s). (12) Cf. José Miguel VARA HERRERO: **Teología de la vocación del hermano coadjutor**. Apostila de 23 pp., p. 20-23. (13) Cf. Silvino ARNHOLD: **Unidade da vocação apostólica na Companhia com relação ao aspecto sacerdotal**. Apostila de 3 pp., Porto Alegre, Comissão dos Irmãos, Província Sul-Brasileira, maio 1970.

PELAS REGIONAIS

Constatações sobre a Vida Religiosa que merecem relevo: Mais preocupada com o Ser do que com o Fazer. Mais aberta à missão dentro do próprio carisma. Mais comprometida com o mundo e mais inserida na Igreja Particular. Com maior senso crítico diante dos valores e contra-valores da sociedade. Simples e mais evangélica. Vida que caminha para um assumir mais consciente da própria consagração.

CRB — BELO HORIZONTE

A CRB/Regional de Belo Horizonte acaba de viver a sua Assembléia Regional Anual que contou com a participação de 49 Congregações femininas, 25 masculinas e com Representantes de 15 Núcleos Diocesanos. Representando a CRB Nacional estiveram presentes Irmão Claudino, Marista; Pe. Cristóbal A. Garcia, SJ; e Irmã Helena Maria Ferreira, rscj, membro do Executivo Nacional.

A parte de conteúdo do Encontro esteve sob a responsabilidade da Equipe do Instituto de Filosofia e Teologia da UCMG, coordenada pelo Pe. Alberto Antoniazzi.

"Puebla, Libertar para a Comunhão e Participação" (visão global do documento através de seu eixo central) foi-nos apresentada pelo Pe. Alberto Antoniazzi.

"Opção preferencial pelos pobres" (a temática da pobreza como sinônimo de injustiça e suas implicações para a Vida Religiosa hoje) foi o tema exposto pelo Pe. Rogério de A. Cunha, SDB.

"Religiosos e Pastoral" (um questionamento a partir de Puebla), foi a colocação feita para nossa reflexão pelo Pe. Cleto Calíman, SDB.

Também o assunto "Educação" dado à luz de Puebla e dentro da ótica da opção preferencial pelos pobres e da opção pelos jovens, desta vez num painel coordenado pelo Frater Henrique van der Maat e com a colaboração de D. Maria Luiza de A. Cunha Ferreira, do Conselho Estadual de Educação, foi objeto de estudo e atenção.

Todos estes temas são atuais e que nos tocam de perto poderão ajudar os religiosos a responder melhor aos apelos de nossos Irmãos.

Por força das circunstâncias a Assembléia tornou-se eletiva, uma vez que o Presidente Regional, Pe. João Batista Megale, poucos dias antes, em Roma, fora nomeado para o Conselho Geral de sua Congregação, o que significa um afastamento do Brasil. Também o Pe. Paschoal Rangel apresentou sua demissão por acúmulo de outros trabalhos.

Em nome da Diretoria Regional e de todos os Religiosos residentes em Minas e Espírito Santo, foi apresentado ao Pe. João Batista o fraterno agradecimento pelos dois anos em que esteve à frente da animação e coordenação da Vida Religiosa na Regional desejando-lhe as melhores bênçãos do Senhor em sua nova missão junto aos seus Irmãos em sua

Congregação. Ao Pe. Paschoal, com o muito obrigado sincero pelo seu apoio e interesse, os melhores votos para sua atuação de Religioso pertencente à nossa Regional.

Na manhã do dia 27 de outubro, foram eleitos em primeiro escrutínio pelos participantes da Assembléia que tinham direito a voto: **Para Presidente:** Fr. Henrique van der Maat, da Cong. de Nossa Senhora Mãe da Misericórdia. **Para Diretor-Tesoureiro:** Pe. João Duque dos Reis, da Congregação dos Salesianos de D. Bosco.

Ambos aceitaram o mandato, dispostos a colaborar na animação da V. R. na Regional e a dar prosseguimento aos propósitos e prioridades do triênio 78/80. "Impelidos pelo Espírito do Senhor buscamos a Comunhão e desejamos ser servidores de nossos Irmãos e enviados ao mundo para transformá-lo com os dons de Deus."

CRB — CURITIBA

Nos dias 17, 18 e 19 de setembro de 1979 realizou-se, em Curitiba, a XI Assembléia dos Superiores Maiores da CRB-PR. Estiveram presentes 97 pessoas sendo: 3 Superiores Gerais; 27 Superiores Provinciais; 46 Representantes; 13 Coordenadores de Núcleos e Setores; 2 Membros da CRB-Nacional; 3 Membros da CRB-Regional; 2 Membros do Executivo Regional; 1 Convidado em nome da CNBB.

Deram ainda a sua presença, o Sr. Arcebispo D. Pedro Fedalto e o Bispo Auxiliar de Curitiba, D. Albano Cavallin. "O Religioso à luz de Puebla inserido na Igreja Particular" foi o tema abordado pelo Bispo Auxiliar de Londrina — D. Luís Colucci e que constituiu o tema-base da Assembléia. A Assembléia caracterizou-se por um clima de bastante fraternidade, serenidade e cooperação, abordando de uma maneira profunda e realista, o caminhar da Vida Religiosa no Paraná.

Partiu-se da realidade de cada Congregação, havendo depois uma rica troca de experiência entre todos. Entre as muitas constatações da Vida Religiosa, podemos salientar: VR se apresenta mais preocupada com o Ser do que com o fazer; mais aberta à missão dentro do próprio carisma; mais comprometida com o mundo e mais inserida na Igreja Particular; com um maior senso crítico diante dos valores e contra-valores da sociedade; simples e mais evangélica; como vida que caminha para um assumir mais consciente da própria consagração.

A XI Assembléia da CRB-PR deixou bem claro o desejo que os religiosos sentem de acertar e de estarem cada vez mais unidos. Os Religiosos, reunidos na XI Assembléia, elegeram também o novo presidente da CRB-PR, em substituição ao então D. Ladislau Biernaski, elevado ao Episcopado. O novo Presidente da CRB-PR é Padre EDMUNDO TWOMEY, Redentorista, Reitor do Seminário São Clemente, em Curitiba, e que era membro da Diretoria da CRB-PR.

COMUNICAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

Estas experiências das Irmãs Carmelitas da Divina Providência foram comunicadas durante o Seminário sobre a Vida Religiosa inserida no meio do povo, realizado de 24 a 29 de setembro de 1979, em São Paulo, SP.

Introdução

“A vida religiosa é um mistério de fé. Vocação é diálogo de Deus com o homem que se realiza no interior da Igreja-Comunidade. Nesse diálogo dinâmico-vital, a pessoa vai crescendo na comunhão com Deus — comunhão que implica um compromisso com a realidade de seu tempo e de seu mundo” (Das Constituições).

Esboço Histórico

As alternativas e os apelos pastorais propostos pelos Documentos do Concílio Vaticano II desencadearam as mais diversas reações, também em nossa Congregação, levando-a, em consequência, a algumas iniciativas que poderiam ser consideradas precipitadas. Já em 1968, havia na Congregação duas pequenas comunidades, criadas a pedido das Irmãs que as compunham (3 em cada uma).

No final de 1969, a Coordenação Geral, numa atitude de abertura às novas exigências da Igreja e solicitada por algumas Irmãs, lançou um questionário, sondando as aspirações da Congregação. As Irmãs que manifestaram o desejo de viver em pequenas comunidades foram chamadas, então, para um encontro com a Coordenação Geral. Desse encontro resultou a fundação de uma pequena comunidade em Morro do Pilar, MG, na Diocese de Itabira. Isto ocorreu em 1970. Foi a primeira iniciativa oficial da Congregação para fundar comunidades inseridas no meio do povo.

Em 1972, o Capítulo Especial institucionalizou a possibilidade de se optar por novas formas de vida comunitária, inserindo nas Constituições da Congregação, no capítulo da Vida Comunitária, o seguinte artigo: “Art. 49 — As Irmãs que desejarem novas formas de vida comunitária devem apresentar seu objetivo e condições à Coordenação Geral, para que esta possa julgar sobre suas

possibilidades, conveniência e acerto, cabendo aos Setores competentes acompanhar o seu desenvolvimento.”

Sucederam-se, a partir de então, outras fundações, perfazendo um total de 11, sendo que 2 foram fechadas e uma transformada. Atualmente a Congregação está presente em 8 comunidades inseridas no meio do povo, a saber:

1. Morro do Pilar — Diocese de Itabira — MG. 2. Belo Horizonte — Bairro São Paulo — Diocese de B. Hte. — MG. 3. Cataguases — Diocese de Leopoldina — MG. 4. Jacuacanga (Angra dos Reis) — RJ — Vicariato de Angra dos Reis. 5. Rio de Janeiro — Taquara — Diocese do Rio de Janeiro — RJ. 6. Goiânia — Diocese de Goiânia — GO. 7. Piranga — Diocese de Mariana — MG. 8. Marimbá — Diocese de Belo Horizonte — MG.

Durante esses 10 anos, percebemos que se desencadeou na Congregação um movimento partindo das Obras em direção a essa nova forma de inserção pastoral. Esse movimento vem se fazendo de maneira lenta e progressiva, às palpadelas, entre avanços e recuos, clarezas e obscuridades, conflitos e conciliações, sofrimentos e alegrias, dúvidas e incertezas, ambiguidades e coerência.

Avanços — Desafios Interrogações

Refletindo com empenho sobre o desenrolar desse processo, tendo em vista dar uma resposta ao esquema colocado pela CRB Nacional para ser apresentado neste Seminário,

a Coordenação Geral pôde constatar os seguintes AVANÇOS, DESAFIOS e INTERROGAÇÕES:

1: Avanços

- 1.1. Passagem progressiva de uma atitude recíproca de rejeição e desconfiança para uma atitude de aceitação e compreensão mútua entre as obras tradicionais e as novas formas de vida comunitária.
- 1.2. O que inicialmente se considerou “experiência” passa a ser tomado como “novo estilo de vida comunitária”.
- 1.3. Purificação das motivações na formação dos grupos: da solução de problemas pessoais, vai-se passando para maior consciência no engajamento e compromisso, na fé, com a missão, em resposta aos apelos atuais da Igreja.
- 1.4. A Coordenação Geral vai assumindo, cada vez mais, as iniciativas dos grupos, procurando atender às regiões prioritárias e aos pedidos dos Bispos.
- 1.5. A “espiritualidade” dos grupos se expressa em novas formas de ações e oração, mais questionante e encarnada, em comunhão e participação com o povo.
- 1.6. Os grupos vão se abrindo para a Congregação e a Coordenação Geral que, por sua vez, procura oferecer-lhes oportunidades de aprofundamento,

tomando a iniciativa de promover encontros para reflexão e avaliação.

2. Desafios

- 2.1. Dificuldade de conciliar o compromisso com as obras tradicionais e as novas exigências da pastoral.
- 2.2. A percepção sempre mais consciente das necessidades prioritárias da Igreja e da V.R. hoje.
- 2.3. O grande número de pedidos dos Bispos para novas fundações.
- 2.4. A necessidade de se respeitar os apelos das Irmãs que se sentem chamadas para esse engajamento e daquelas que ainda acreditam na validade de seu trabalho nas obras.
- 2.5. Perigo da aculturação negativa, levando à "involução" de determinados grupos que passam a assumir certas atitudes e hábitos "primitivos" das realidades em que se inserem...
- 2.6. Distância geográfica, favorecendo a separação da Congregação, a a u t o n o m i a e independência excessivas.
- 2.7. A manutenção financeira dos grupos, principalmente em vista da liberação para a pastoral e o trabalho profissional que possibilite também a subsistência das Irmãs doentes e idosas.
- 2.8. Enfim, nosso grande desafio é a dificuldade que encontra-

mos em respeitar os apelos das Irmãs sem massacrar pessoas, sem cometer imprudências, sem permitir caprichos.

3. Interrogações

- 3.1. Que critérios devem ser considerados para as fundações e seleção dos elementos que devem compor os grupos?
- 3.2. Como preparar as Irmãs para essas comunidades?
- 3.3. Como forma de vida comunitária é válida também para as junioristas?
- 3.4. Em termos de perspectivas, todas as obras tradicionais deverão ser transformadas, no futuro?
- 3.5. Em que as comunidades inseridas no meio do povo ajudam as obras tradicionais?
- 3.6. Que perspectiva de mudança existem para o futuro da Vida Religiosa?

Conclusão

Os aspectos aqui relacionados foram os que consideramos mais significativos, dentro das realidades vivenciadas por nossa Congregação com referência às repercussões que esse movimento vem provocando entre nós. Expressamos nossa gratidão à CRB Nacional por esta iniciativa que representa uma esperança de ajuda para as decisões que as expectativas da evangelização vêm exigindo de nós em nossos anseios de maior inserção eclesial.

FRATERNIDADE MARANATHA ANGRA DOS REIS, RIO DE JANEIRO

I — Motivação

Muitas e muito confusas no início vão se purificando, se clareando e se confirmando aos poucos. **1.** Busca de alternativa para a V.R. que nas formas anteriores já não dava mais. **2.** Forte o desejo de viver a dimensão **humana** da vida, na própria vida em contato com "outros". **3.** Redimensionamento do compromisso social, sempre presente nas Obras dos Religiosos, mas que, na realidade do mundo de hoje, exigia presença, engajamento, compromisso no meio dos pobres. **4.** Re-descobrir o carisma da Congregação "definida" como contemplativa, apostólica e Marial. **5.** Atender a apelos concretos de Bispos desejosos de renovação pastoral na linha de CEBs.

Muita coisa ajudou e ajuda a descobrir em nós estas motivações: o estudo e a reflexão de textos publicados; visitas "interessadas" a outras experiências; os movimentos dentro da Congregação: Capítulo, encontros, "missão de férias". Mas o que ajuda mesmo é o próprio início de inserção que vai aumentando o "apetite", questionando sempre mais, provocando crises, purificando, confirmando...

Ponto de partida

Começou em novembro de 1974 com a proposta de D. Vital Wildering: um grupo para ajudar na

preparação da nova e futura Diocese no litoral sul fluminense. Claro que uma preparação em termos de Povo participante.

Formação do grupo

Quatro Irmãs — uma vinda de outra experiência anterior mais ou menos do mesmo estilo ou melhor dentro da mesma mentalidade de Pastoral Popular. Outra vinda numa situação de excludada, — uma terceira tendo participado nos últimos doze anos de uma equipe de governo, quando tinha terminado o "mandato", — e uma quarta, mais nova, saindo pela primeira vez das estruturas tradicionais de um Hospital. No final de um ano, duas saídas. Motivo: doença e inadaptação. Hoje, o grupo tem novamente quatro pessoas. A formação dos grupos é um grande desafio para nós.

A realidade encontrada

Transformação vertiginosa dos quadros sociais — estrada — indústria — usina nuclear. Para que? Ninguém até hoje sabe. Transformação imposta ao povo que jamais seria convidado a participar, só a aplaudir sem resistência: zona de segurança nacional; movimento de chegada para o **trabalho** (OPERÁRIOS); expansão do **turismo**; especulação imobiliária aguçando os donos do dinheiro; luta "branca" pela posse da terra; visível o contraste

da nova população; poucos “muitos ricos” — geralmente de fora, estrangeiros; muitos “muito pobres”. OPE-
RÁRIOS PEÕES, pequenos POS-
SEIROS, jovens aproveitados e in-
defesos. Vilas residenciais das gran-
des empresas (muda o relaciona-
mento). Alojamentos.

**Enquanto isso e dentro desse qua-
dro**, a Igreja não mostra uma pre-
sença significativa. Só é visível no
centro onde moram os poucos pa-
dres e está o velho convento. Os
cristãos que chegam levam tempo
para “ver” a Igreja, não têm tem-
po nem condições para procurá-la.
Sentem-se perdidos e desorientados
no cultivo da dimensão religiosa. A
estrutura paroquial rural não aten-
de mais às necessidades novas cria-
das pelo mundo diferente que surgiu
nas grandes concentrações indus-
triais. Poucos agentes conscientes
desta crise. Conservadorismo entre
os poucos que ainda podem usu-
fruir dos benefícios da Igreja.

A expressão de Vida Religiosa na
Região era representada pelas Ir-
mãs da Santa Casa há 50 anos e
pelos Frades Carmelitas desde 1592.
Num espaço de 5 anos a realidade
mudou. Somos 19 religiosas de 4
Congregações diferentes, engajadas
na Pastoral.

II — Começo de inserção

Podemos caracterizá-la até agora
como um “entrar pouco a pouco na
vida do povo”. Meio lá meio cá.
Vivemos do próprio e pequeno sa-
lário de cada uma. Aos poucos foi
se dando a independência econômica
em relação à Congregação. Passa-

mos a reduzir necessidades e a de-
pender de outras Instituições: Igreja
e Verolme. Recebemos moradia,
luz, água, alimentação. O contato é
do tipo “ir e vir”. Isto por causa das
circunstâncias de moradia e não pro-
priamente por opção.

Nosso trabalho está em função
da Pastoral pensada e organizada
pela Igreja, tentando dar juntos os
passos em direção ao Povo. Acredi-
tamos que a inserção dos Religiosos
no mundo depende da inserção mes-
ma da Igreja. Por isso as CEBs são
tarefa e meta para nós. A experiên-
cia partilhada com outros grupos de
religiosas é também meta prioritária.
O povo com quem estamos em con-
tato de alguma forma são pessoas
ligadas à Igreja católica ou que a
buscam; são operários e famílias de
operários, os mais pobres na sua
maioria; são os jovens estudantes e
trabalhadores.

III — Fé e política

Um dos benefícios da inserção é o
redimensionamento da Fé, sempre
mais em ligação com a vida. Em
conseqüência, o interesse pela di-
mensão política a cultivar em nós e
nos que encontramos.

Pretendemos engajar-nos com o
povo num processo de liberta-
ção cristã que, por ser integral, tem
que entender-se aqui e agora como
libertação da pobreza injusta, da
marginalização do poder e da cultu-
ra. Mais precisamente desejamos en-
trar com nosso povo na luta anti-ca-
pitalista e na busca de formas
alternativas contra esse sistema. Es-
tamos convencidas de que os setores

prioritários da nossa atuação devam ser, por isso, aqueles que por si desejam a libertação, que trazem as sementes da mudança. São as classes marginalizadas e em especial o operariado.

Nessa luta é ainda pouco, mas significativo e o fazemos de acordo com alguns critérios: motivar e ajudar as pessoas e grupos a se unirem; pedir e estimular sua participação nos trabalhos e nas decisões; não agir em lugar do povo, nem para o povo, mas levá-lo a assumir o processo, como sujeito de sua história; tentar partir da própria realidade vivida e experimentada para analisar a realidade.

IV — Espiritualidade

Foi explicitamente manifestado pelo grupo que a nova forma de VR que buscávamos no início dessa experiência pudesse ser uma Escola de Espiritualidade. A própria compreensão do termo, aprofundada gradativamente, denota uma evolução prática dessa realidade. Espiritualidade ou vida espiritual significa pouco a pouco **história de salvação**, **incarnação**, **dinamismo**, **processo**. Isto revoluciona teórica e praticamente todos os elementos em que se expressa esta vida.

A oração da comunidade passa a ser não um colocar-se individualmente diante de Deus, mas um situar-se historicamente comprometido diante dele. A pobreza individual passa a ser uma exigência da opção comunitária pelos pobres e essa opção influi na busca de formas de vida comunitária mais expressivamente pobres. A castidade é dis-

ponibilidade, serviço, hospitalidade, doação, sem previsões e reservas.

A obediência passa a ser exercício de liberdade e tentativa de mudança das relações de dependência dentro da comunidade religiosa e também entre nós na Igreja e na sociedade. As celebrações com o povo querem ser não ato individual de culto a Deus diretamente, mas se procuram formas de participação que levem as pessoas a se conhecerem, se unirem e se comprometerem. Nessa tentativa é que se tem a oportunidade de reconhecer as expressões da religiosidade popular e de evangelizá-las.

V — Congregação x Igreja

A “experiência” evoluiu muito em relação à Congregação (representada sobretudo na equipe de Governo) e vice-versa. Desde a simples tolerância ou mesmo rejeição, até a atual “legitimação” como uma nova forma de vida surgida em seu meio. O movimento surgiu na base e teve o consentimento da Congregação. O apoio necessário veio mais de “fora” que de dentro da Congregação, no início, sobretudo dos outros grupos e pessoas que integravam esta “experiência intercongregacional”. Sempre foi assumida e assessorada pelo bispo.

Por muitas razões a Pequena Comunidade conquistou hoje um lugar ao sol dentro da Congregação e da Igreja em geral. Não há conflito entre a orientação da Igreja onde estamos e a da Congregação. Pelo contrário, há grande harmonia e uma confiança recíproca. Isto influi na disponibilidade do tempo em re-

lação a ambas, com predominância quase total para a Igreja.

VI — Prospectiva

Já há sinais de vocação na Igreja para esse tipo de vida. Não que foram necessariamente despertadas por nós. Aqui se situa o grande impasse para o futuro da VR na Congregação: A Formação. Novas formas de noviciado, postulante, etc. para essas novas formas são necessárias. A grande massa, o grande número das irmãs não tem condições de acompanhar este movimento.

Vemos a VR no futuro, mais ligada à vida da Igreja nas CEBs: Mais **profética** e menos funcional, mais **vital** e menos numérica, mais sinal do **Absoluto de Deus** e menos suficiente e eficiente.

Para isso se faz necessário: a escolha de um povo onde inserir tempo maior de permanência; criar raízes profundas no compromisso de vida com o povo; acompanhar o processo de crescimento da vida iluminada pela Palavra; considerar os incômodos de um tempo de espera.

OBRA SOCIAL SÃO JOSÉ DE MARIMBÁ BETIM, MINAS GERAIS

1. Implantação da Comunidade

A Obra Social S. José de Marimbá (município de Betim — MG) é o ambiente de vida de uma comunidade de Irmãs Carmelitas da Divina Providência que assumiu os seguintes objetivos: 1. Realizar o projeto “sonhado” pelo casal Nascimento Nunes Leal, doador da propriedade, respondendo às necessidades básicas da Comunidade que reside na área, nos aspectos: educacional-promocional, sanitário, pastoral. 2. Oferecer à Comunidade Religiosa oportunidade para: maior inserção em meio ao povo; vida mais simples, comprometida e participante do dia-a-dia do povo; vivência mais pautada pelos valores evangélicos do que por exigências legais estruturais. 3. Experimentar nova forma de preparação das jovens para a vida Re-

ligiosa, no seu ano de Noviciado canônico.

Como a própria Congregação (fundada por uma viúva) e como muitas de suas obras, também esta nasceu da inspiração de alguém do povo, de alguém que, inserido numa realidade, nela descobriu o plano de Deus, através de grande visão da realidade, num compromisso com a mesma (fundou escolas, liderou renovações sociais, etc., em outros ambientes). Tendo tudo para ser um dos capitalistas de nosso tempo: inteligência, dinamismo, talentos, chances políticas, permaneceu fiel e simples, não por mesquinha, mas, por seu altruísmo e amor ao próximo.

De seu diário temos registrado, pela época em que doou à Congregação sua propriedade — uma casa

simples e grande, onde sempre acolhia o povo: "... Este sonho é velho em mim: deixar aqui na terra uma Casa de Caridade que, através dos séculos, multiplicando-se, seja, sob a Graça do Criador, útil ao maior número de seus filhos necessitados".

E, ao doar a propriedade traçou também normas para a sua utilização: "... Queremos doar nossa propriedade à Congregação, para que a utilize não para ganhar dinheiro, mas, para bem dos pobres da vizinhança".

Ao assumir a Obra, assim "caída" nas mãos da Congregação, a Comunidade religiosa inicial se perguntava: O que fazer? (Que metas?) De onde partir? (Que setores atingir?) Como realizar a obra? (Que "ideologia"?)

E as Irmãs começaram a viver o dia a dia na região, acompanhando a vida que em torno se desenvolvia, ouvindo o povo, visitando-o, sentindo-o. Pouco a pouco foi se organizando o trabalho com o povo, até crescer e se expandir, inclusive com a transferência do Noviciado da Congregação para a Comunidade de Marimbá. Isso se deu em fins de 75, começando seu funcionamento em fevereiro de 76. Hoje, a Obra permite à Comunidade e às Noviças um engajamento muito profundo.

2. Localização e realidade sócio-econômica

2.1. Município de Betim (MG) a 13 km do centro ao qual se liga por 3 km de es-

trada sem asfalto, trecho da rodovia estadual Betim — BH — Esmeralda.

2.2. Região rural, composta de pequenas granjas e casas de campo, sendo seus habitantes, na maioria granjeiros e caseiros (zeladores das casas de campo), pessoas bastante pobres. Uma minoria se desloca para outras localidades, assumindo trabalhos diversos.

2.3. **População.** Mais ou menos 100 (cem) proprietários (sítios e granjas para fins de semana). Mais ou menos 180 famílias de empregados, em sua maioria vivendo sem condições (salários injustos, ausência de segurança, analfabetismo, falta de recursos sanitários, etc.). Mais ou menos 1.000 habitantes constantes. Nos fins de semana há as famílias dos proprietários.

3. Infra-estrutura anterior à fundação

Meios de transporte: ônibus Esmeralda—Belo Horizonte, com 3 horários (ida e volta) diários e de hora em hora aos domingos; **serviços educacionais:** Escola Estadual (1ª a 4ª s); **serviços religiosos:** capela com missas de 3 em 3 meses. Nas proximidades grande parte da população envolvida em espiritismo, testemu-

nhas de Jeová e pouquíssimos crentes.

3.1. Atual infra-estrutura, conseguida pelo povo e algumas com interferência e ajuda direta da Comunidade Religiosa:

3.1.1. Implantação de uma Unidade Auxiliar de Saúde, em Convênio com a Secretaria de Saúde. Atendimento de enfermagem (emergências e rotina): farmácia, curativos, vacinação e injeções; assistência dentária diária; educação sanitária: cursos de puericultura, cursos de higiene do lar, curso sobre alimentação; programa de Complementação Alimentar (P.C.A.).

3.1.2. Setor Educacional — Promocional: implantação do MOBIL, implantação da educação integrada, implantação da educação pré-primária, implantação de cursos de formação para o lar: Clube de Mães, Obra do berço, Orientação familiar, Corte-costura, Bordado, Artesanato e Trabalhos Manuais, Pintura, Culinária; implantação de cursos de Olericultura.

3.1.3. Setor Integração Social: Regularização de casamentos civis-religiosos. Registro Civil: crianças. Regularização documentação Adultos. Grupo de Alcoólatras anônimos. Festas comunitárias (sociais e religiosas). Orientações diversas (casa própria, carteira de Trabalho, compra de equipamentos). Formação de líderes.

3.1.4. Setor Pastoral: Catequese: crianças, jovens, adultos. (Preparação à vida sacramental e aprofunda-

mente cristão). Implantação CEB. Missão de férias. Pastoral litúrgica. Realização da Semana Santa e outras. Velório e Funeral (no Salão da Obra)

4. Estilo de vida da Comunidade

Não é fácil descrever um estilo de vida que procura de forma concreta e na realidade simples, viver um grande ideal: “em comunhão eclesial e universal, estar a serviço do Homem, especialmente do pobre, visando o seu desenvolvimento, através da ação apostólica.”

E ainda mais, quando, apesar da simplicidade, a vida se expressa numa Obra e se torna também ela **formadora** de novos membros da família religiosa. Para descrever este estilo, algumas características essenciais:

4.1. Manutenção da Comunidade e da Obra. A Comunidade vive para servir, fazendo da disponibilidade pessoal e dos recursos e bens que tem em mãos um ponto de destaque em sua vida — missão. Por isso, pode-se dizer que substancialmente vive do próprio trabalho: salário das Irmãs e trabalhos artesanais, convênios diversos, fabricação, confecção e venda de doces (com “participação das pessoas da região), ajuda mensal da Congregação (despesas especiais das Noviças e formandas — hoje 10 — que frequentam o Noviciado Intercongregacional em Belo Horizonte, 2 vezes por semana).

4.2. Espiritualidade. Procura-se viver uma espiritualidade que nas-

ça da realidade humana e realize sua unidade fundamental e que se expressa na Congregação “como espiritualidade contemplativo-apostólico-marial”. Para desenvolvê-la são pontos importantes: 1º — Tempos de oração individual e comunitária. 2º — Tempos de vivência litúrgica com o povo e em Comunidade. 3º — Tempos de estudo (Comunidade Religiosa). 4º — Tempos de trabalho (apostólico, profissional e doméstico).

As Noviças têm maior concentração de tempo nos três primeiros tópicos (cerca de 70%). Os horários são feitos em função das necessidades atendidas pela obra e modificados individual e comunitariamente conforme as exigências e imprevistos do dia-a-dia, o que é **constante** quando se assume uma vida comprometida.

Procura-se fomentar que a oração **brote** da vivência e que a vivência se dê por causa da contemplação de Deus. Este é o testemunho que uma das religiosas escreveu quando respondeu ao questionário-sondagem e que traduz a mentalidade da Comunidade:

“Para quem entrou num processo de verdadeira inserção junto ao povo, a oração toma novos contornos e adquire uma característica de “sofrimento”. Já não cabe mais a alienação e o euforismo. Quando se assume a realidade do povo, quando se experimenta na própria pele a sua luta então se percebe mais claramente que, de fato “toda a natureza geme, como em dores de parto, aguardando a libertação.” E

nossa vida de oração se torna mais real, mais engajada. Eu, pessoalmente, já não penso no tempo que tenho para rezar enquanto outros não o têm. Penso antes, que no corpo cada membro tem a sua função e que a mim cabe, aqui e agora, neste tempo de oração, ser a prece dos que lutam e trabalham. Então se percebe que a oração que faço, se for sincera, se for a tradução dos anseios do mundo, tem força em si mesma pelo poder que Cristo lhe conferiu: “Pedi e recebereis”.

“Na oração posso gritar pelos homens sem vez e sem voz. Outros terão funções políticas e sociais. É também pela oração que descubro os valores do povo na sua religiosidade. Através dela o povo tem a sua mais alta expressão de liberdade de filhos de Deus. E caminha para a união.

“Neste contexto, a Eucaristia se torna a renovação do sacrifício de Cristo, prolongado em seus membros que é a Igreja. Tornamo-nos “uma Eucaristia que caminha” até que se complete o Corpo de Cristo. Junto do povo se reformula a nossa espiritualidade e se pode ter uma nova visão dos votos. Refletir sobre a pobreza e procurar “caminhos para ser pobre”, não é o mesmo que viver a pobreza nas suas conseqüências reais e concretas. Talvez precisemos chegar a passar fome com o pobre para entender as exigências dessa pobreza que professamos.

“O voto de castidade se transforma em fraternidade universal traduzida no amor a este irmão que nos procura a toda hora com as mais

diversas necessidades materiais e espirituais. E a obediência se revela em serviço incondicional”.

4.3. TIPO de Habitação e alimentação. A habitação é muito simples, embora seja uma das maiores casas da região. O povo tem fácil entrada na mesma, pois as dependências onde se realizam as atividades são partes integrantes da casa cuja construção é baixa, precária, com mobiliário simples. A alimentação é também simples para maior solidariedade com o povo.

4.4. Formação do grupo e motivação. O grupo que iniciou a Obra não teve formação específica e preparação intencional para assumir esta forma de vida. Iniciou-a, como já foi dito, para atender ao pedi-

do “carismático” do doador da Obra. Só pouco a pouco esta foi tomando a forma que tem, passando até a ser considerada pela Coordenação como “uma tímida saída histórica”, na expressão de Dom Vital. O Noviciado inserido na Obra permitiu-lhe tomar os rumos de hoje podendo-se contar com mais elementos para o trabalho.

A motivação — viver inserida no meio do povo — não era explicitada e nem mesmo era presente como opção, para o 1º grupo. Atualmente, sente-se grande transformação neste sentido. O grupo que aí vive tem cada vez maior desejo de concretizar a Vida Religiosa em novos moldes o que vem sendo progressivamente compreendido e assumido pela Congregação.

PUEBLA FALA DA VIDA RELIGIOSA (III)

c) Opção preferencial pelos pobres

- 733** A abertura pastoral das obras e a opção preferencial pelos pobres é a tendência mais notável da vida religiosa latino-americana. De fato, os religiosos acham-se cada vez mais em zonas marginais e difíceis, nas missões entre indígenas, num trabalho humilde e silencioso. Esta opção não supõe exclusão de ninguém, mas, pelo contrário, uma preferência e aproximação do pobre.
- 734** Isso tem levado à revisão das obras tradicionais, para melhor responder às exigências da evangelização. Igualmente deitou uma luz mais clara sobre a relação dos religiosos com a pobreza dos marginalizados, que já não supõe somente o despreendimento interior e a austeridade comunitária, mas também solidariedade, partilha e, em certos casos, convivência com o pobre.
- 735** Contudo, esta opção produz efeitos negativos, quando falta a preparação adequada, o apoio comunitário, a maturidade pessoal ou a motivação evangélica. Em não poucas ocasiões, tal opção implicou no risco de ser mal interpretada.

d) Inserção na vida da Igreja particular

- 736** Verifica-se uma redescoberta e vivência do mistério da Igreja particular; um desejo crescente de participação, contribuindo com a riqueza do próprio carisma vocacional. Isto leva a maior integração na pastoral de conjunto e a maior participação nos organismos e obras diocesanas ou supradiocesanas.
- 737** Não obstante, ocorrem tensões. Uma vez no seio das comunidades; outras, entre estas e os bispos. Acontece perder-se de vista a missão pastoral do bispo ou o carisma próprio do instituto; ou então faltar o diálogo e o discernimento em conjunto, ao tratar-se de revisar obras ou de mudar pessoal a serviço da diocese. Preocupa-nos o abandono sem consulta de obras que tradicionalmente estiveram em mãos de comunidades religiosas, como colégios, hospitais, etc.
- 738** As comunidades contemplativas são como o coração da vida religiosa. A todos animam e estimulam para que intensifiquem o significado transcendente da vida cristã. Elas mesmas também são evangelizadoras, pois “o ser contemplativa não supõe cortar radicalmente com o mundo, com o apostolado. A contemplativa deve encontrar o seu modo específico de entender o Reino de Deus” (João Paulo II, Alocução às Religiosas de Guadalajara, 2 — AAS, LXXI, p. 226).

Observação: O texto oficial do Documento de Puebla “A Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina”, tem 1310 números. Destes, 55 estão reservados à Vida Consagrada. Começa no número 721 e termina em 775. CONVERGÊNCIA está transcrevendo estes números, *ipsis litteris*, desde o mês de novembro de 1979. Será preciso ler e reler para surpreender os sentidos subjacentes destas linhas.
